

## **TÁVORA, JUAREZ**

\*militar; rev. 1922; rev. 1924; Col. Prestes; rev. 1930; min. Viação 1930; min. Agric. 1932-1934; comte. ESG 1952-1954; ch. Gab. Mil. Pres. Rep. 1954-1955; cand. pres. Rep. 1955; dep. fed. GB 1962-1964; min. Viação 1964-1967.

*Juarez do Nascimento Fernandes Távora* nasceu no município de Jaguaribemirim, atual Jaguaribe (CE), no dia 14 de janeiro de 1898, 15º filho de Joaquim Antônio do Nascimento e de Clara Fernandes Távora do Nascimento, proprietários da fazenda Embargo. A escolha do seu nome resultou de sugestão de seu irmão Manuel do Nascimento Fernandes Távora, que na época estudava medicina no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e era admirador do presidente e libertador do México, Benito Juárez. Sua família, segundo os biógrafos, estaria vinculada à nobreza de Portugal, sendo seu antepassado mais ilustre o marquês de Távora, que em 1759 veio para o sertão do Ceará para fugir à perseguição do marquês de Pombal. Ali os Távora viriam a criar tradição política como opositores da oligarquia dos Acióli, dominante durante a Primeira República. Seu tio Belisário Távora foi chefe de polícia do Distrito Federal no governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), e dois de seus irmãos tiveram atuação política: Manuel do Nascimento Fernandes Távora foi interventor no Ceará de 1930 a 1931, constituinte de 1934 e de 1946, e senador pelo Ceará de 1947 a 1951 e de 1955 a 1963, e Joaquim Távora participou do levante tenentista de Mato Grosso em 1922 e morreu em combate na Revolução de 1924, em São Paulo.

Fez os primeiros estudos com sua mãe e no colégio de sua irmã Isabel, em Estreito (CE), de onde se transferiu depois para a escola do professor Cosme Alves da Silva, seu primo, em Caranguejo Novo. Retornando a Embargo no início de 1908, viajou um ano depois com o irmão Fernando para Quixadá (CE), a fim de estudar no internato do Instituto Chaves. Em maio de 1911, seguiu com os irmãos Ademar e Fernando para o Rio de Janeiro, a fim de fazer os estudos secundários, que seriam custeados pelos irmãos mais velhos Ana Ajuricaba, Manuel e Joaquim. No Rio moraram numa pensão, enquanto frequentavam o externato do Colégio Pedro II, onde estudaram até o início de 1912. Nessa ocasião, Joaquim Távora, que era oficial do Exército, foi transferido para o Rio Grande do Sul a fim de lecionar latim no Colégio Militar de Porto Alegre. Antes, porém, de seguir para o Sul

levando Fernando e Juarez, internou-os, durante quatro meses, no Asilo do Patrocínio, em Juiz de Fora (MG), para prosseguirem os estudos secundários.

Em Porto Alegre, Fernando e Juarez frequentaram, de 1912 a 1914, o Ginásio Júlio de Castilhos, instituição de ensino do governo estadual. Em princípios de 1914, com a extinção da cadeira de latim no Colégio Militar daquela cidade, Joaquim retornou ao Rio de Janeiro com os dois irmãos. Em 1915, Juarez e Fernando ingressaram no curso de engenharia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas foram forçados a interrompê-lo no início do segundo ano, devido a dificuldades financeiras. Decidiram então transferir-se para a Escola Militar do Realengo, na mesma cidade. Como cursavam a Escola Politécnica, o ingresso naquela instituição militar se fez, de acordo com a lei então vigente, sem concurso de admissão. Assim, em maio de 1916, para obter o certificado de instrução militar necessário, os dois irmãos sentaram praça na 4ª Companhia de Estabelecimento, em Realengo. Em 1917 ambos entraram para a Escola Militar, saindo em dezembro de 1919 aspirantes a oficial da arma de engenharia. Promovidos a segundo-tenente em abril do ano seguinte, passaram a servir no 5º Batalhão de Engenharia, em Curitiba, após fazer um estágio no 1º Batalhão de Engenharia na Vila Militar.

Em maio de 1921 Juarez foi promovido a primeiro-tenente e no início de julho foi transferido para o 4º Batalhão de Engenharia em Itajubá (MG). Ali permaneceu até janeiro de 1922, quando foi designado auxiliar de instrutor da seção de engenharia da Escola Militar do Realengo, em substituição a Luís Carlos Prestes, que, promovido a capitão, passou a comandar a Companhia Ferroviária em Deodoro. Nesse período Juarez teve como companheiro de função o primeiro-tenente Edmundo de Macedo Soares e Silva e fez ainda amizade com Antônio de Siqueira Campos, Eduardo Gomes, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias, Luís Carlos Prestes e Odílio Denis, que viriam a se tornar líderes do movimento tenentista.

#### O 5 DE JULHO DE 1922

Em represália à eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em março de 1922 e a algumas medidas repressivas do governo de Epitácio Pessoa, principalmente a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar no início de julho de 1922, foi acelerada no Rio de Janeiro uma conspiração militar. Juarez,

contrário aos atos de Epitácio, participou do plano revolucionário, encabeçado na Escola Militar do Realengo pelo coronel João Maria Xavier de Brito Júnior, veterano da Guerra de Canudos (1897) e diretor da Fábrica de Cartuchos do Realengo. A revolta deveria contar com a ação conjunta das forças da Escola Militar do Realengo, da Vila Militar e do forte de Copacabana e seria desencadeada a uma hora da madrugada de 5 de julho. Nessa data Juarez estava escalado para ser o oficial de dia na Escola Militar.

Pouco antes da hora marcada, o comandante da Escola Militar, general Eduardo Monteiro de Barros, foi informado da revolta, mas não conseguiu impedi-la. Uma coluna revolucionária, composta de oficiais instrutores e de 588 alunos, sob o comando de Xavier de Brito, retirou munições da fábrica de cartuchos e marchou para a Vila Militar. De acordo com os planos, os revoltosos deveriam receber a adesão das tropas aquarteladas ali e em Deodoro e, passando ao comando do marechal Hermes da Fonseca, avançariam sobre o palácio do Catete, sede do governo. Entretanto, alertadas da sublevação, as tropas da Vila Militar, comandadas por oficiais legalistas, se opuseram aos rebeldes. O primeiro combate se travou em Monte Alegre, perto de Gericinó, e durou quatro horas, conseguindo a coluna rebelde repelir as forças governistas. Até então o comando dos sublevados acreditava que as forças da Vila Militar estivessem divididas, mas as dúvidas se dissiparam quando, por volta das dez horas da manhã, um novo contingente de infantaria da Vila Militar marchou contra as forças da Escola Militar. Vendo a inutilidade do combate, Xavier de Brito reuniu seus comandados e voltou para a Escola, tendo Juarez retornado ao seu posto de oficial de dia.

À tarde do mesmo dia, chegou à unidade escolar um batalhão de infantaria, comandado pelo tenente-coronel Álvaro Mariante, que recolheu Xavier de Brito, os instrutores e demais oficiais ao 1º Regimento de Infantaria e, posteriormente, os enviou para o centro da cidade. Os alunos foram confinados na escola por cerca de 20 dias, respondendo a inquéritos e aguardando novas ordens. Juarez foi finalmente conduzido à prisão do Corpo de Fuzileiros Navais, na ilha das Cobras, com outros companheiros, entre os quais Leônidas Hermes da Fonseca e Gustavo Cordeiro de Farias. Nesse movimento inicial do ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920, os irmãos de Juarez, Fernando e Joaquim, também tiveram participação: o primeiro, conspirando no Paraná, onde a revolta não chegou a irromper, e o segundo, participando do levante da guarnição do estado de Mato Grosso.

Em outubro de 1922 Juarez foi transferido com os demais oficiais presos na ilha das Cobras para o navio-prisão *Cuiabá*, onde encontrou vários companheiros do corpo de instrutores da Escola Militar. Nessa prisão recebeu em novembro a notícia de sua promoção a capitão, um dos últimos atos de Epitácio Pessoa na presidência da República. Após a posse de Artur Bernardes, em 15 de novembro, os oficiais indiciados no levante de 5 de julho — inclusive os da guarnição de Mato Grosso — foram postos numa única prisão, na antiga Escola de Estado-Maior do Exército. Em fevereiro de 1923, porém, Juarez e os demais revoltosos presos obtiveram um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF), que lhes permitiu aguardar o julgamento em liberdade condicional. Juarez passou então a morar num quarto de pensão que dividia com Artur da Costa e Silva, na época primeiro-tenente.

## O SEGUNDO 5 DE JULHO

Em meados de 1923 começaram a ser feitas sondagens nos meios militares do Sul do país para tentar um novo levante contra o governo de Artur Bernardes. O oficial mais graduado envolvido nesse movimento era o general da reserva Isidoro Dias Lopes. Os oficiais sediciosos de 1922, na sua maioria, suspeitando de que a Justiça estivesse sendo pressionada pelo governo para agravar suas penas, decidiram aguardar fora do Rio de Janeiro a sentença, prevendo assim a possibilidade de se incorporarem à conspiração que se articulava caso o desfecho do julgamento fosse desfavorável.

Com esse intuito, em dezembro de 1923 Juarez seguiu, com o irmão Joaquim, para Boituva (SP). Chegando ali tomou conhecimento de que os dois estavam entre os 50 enquadrados pela Justiça no artigo 107 do Código Penal Militar, com a pena máxima de três anos de reclusão, perda da patente e exclusão automática do Exército. Em consequência, decidiram desertar e aderir à conspiração, juntamente com Eduardo Gomes e diversos outros oficiais. Embarcaram então, ainda em dezembro, para Ponta Grossa (PR), a fim de participar do aliciamento e coordenação de elementos para o movimento militar contra Artur Bernardes. Juarez fez vários contatos com membros da guarnição de Curitiba, enquanto Joaquim viajava pelo litoral catarinense fazendo o mesmo na guarnição de Florianópolis e no interior do estado. Em fins de janeiro de 1924, Juarez empreendeu uma primeira viagem às guarnições do Rio Grande do Sul, para entrar em contato com Luís Carlos Prestes e Paulo Kruger da Cunha Cruz, que serviam no Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo (RS), com

Osvaldo Cordeiro de Farias, lotado numa unidade de artilharia em Santa Maria (RS), e com Honorato Pradel, em Alegrete (RS). Depois disso, fixou-se em Curitiba, movimentando-se entre esta capital e Porto Alegre, com incursões pelo interior do estado. Enquanto isso, Joaquim articulava o movimento em São Paulo, onde estava foragido.

Para fazer um balanço da situação, os organizadores do movimento reuniram-se em fevereiro de 1924 em Jundiaí (SP). Apesar do desencontro de opiniões quanto à natureza e às proporções que a revolta deveria assumir, foi ali organizado o estado-maior revolucionário, integrado pelo tenente-coronel Olinto de Mesquita Vasconcelos, comandante do 2º Grupo de Artilharia Montada, e Bertoldo Klinger, do 4º Regimento de Artilharia Montada, de Itu (SP). Nessa mesma reunião foi estabelecido o dia 28 de março daquele ano para a eclosão do movimento. No entanto, o desligamento de Bertoldo Klinger e de outros oficiais do 4º Regimento de Artilharia Montada, a dúvida quanto à adesão do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna (SP), a morte do ex-presidente da República Nilo Peçanha e a renúncia do governador da Bahia, José Joaquim Seabra, determinaram a transferência da data. Após um encontro realizado no início de junho entre Joaquim Távora e o general Isidoro Dias Lopes, escolhido chefe da rebelião, foi finalmente marcado o dia 5 de julho, em homenagem aos rebeldes de 1922.

A orientação adotada então era a tomada militar da cidade de São Paulo, situação que deveria em seguida ser sustentada pelas restantes guarnições do estado. Mais tarde as guarnições dos outros estados, ao serem mandadas para combater os rebeldes paulistas, adeririam ao movimento. O plano revolucionário dividia-se em duas partes: a primeira, chefiada pelos capitães Newton Estillac Leal e Joaquim Távora, consistia no assalto, no bairro da Luz, aos 1º e 2º batalhões de Infantaria, ao Corpo Escola, à Cadeia Pública e ao Regimento de Cavalaria, que estava comprometido com a revolução. A segunda, sob a orientação do tenente Custódio de Oliveira, ajudado por Juarez Távora e outros capitães, incluía o assalto ao 3º e 5º batalhões de Infantaria, ao Corpo de Bombeiros, à Secretaria da Justiça, ao quartel-general da Guarda Cívica e ao palácio dos Campos Elísios. Um atraso de 12 horas na chegada a São Paulo do general Isidoro prejudicou a execução do movimento, impossibilitando a segunda parte do levante. Entretanto, a primeira, considerada mais importante, foi iniciada por volta das cinco horas da manhã e praticamente concluída, sem incidentes, em pouco mais de 40 minutos.

Após relatar ao major Miguel Costa, então fiscal do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar do estado e envolvido também na conspiração, o malogro de sua missão em face da ausência em Quitaúna do tenente Custódio, Juarez foi incumbido de ir ao palácio do governo ordenar ao oficial da guarda, tenente Vila-Nova, também comprometido com o levante, que se recolhesse com a sua tropa ao quartel do 1º Batalhão, a que pertencia. Este, porém, ao invés de juntar-se aos sediciosos, julgou mais prudente denunciá-los ao governo de São Paulo. Informado dos acontecimentos, o general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), imediatamente os comunicou ao presidente do estado, Carlos de Campos, e ao ministro da Guerra, general Fernando Setembrino de Carvalho. Dirigiu-se a seguir ao quartel do bairro de Santana, aguardou a chegada dos oficiais que, residindo fora da caserna, não haviam aderido à revolta, e com eles organizou a reação legalista. Chegando, porém, ao Corpo Escola, foi preso por Joaquim Távora que havia sublevado essa unidade.

Não sabendo das ordens que o general Abílio Noronha dera ao 4º Batalhão da Força Pública, Joaquim e Juarez Távora, o capitão Índio do Brasil, o tenente Luís Cordeiro de Castro Afilhado e a aviadora Anésia Pinheiro Machado entraram no quartel dessa unidade e foram aprisionados, só sendo postos em liberdade em 8 de julho, quando as tropas do governo abandonaram a cidade. Depois disso, os chefes revolucionários reorganizaram as suas tropas desbaratadas pela luta dos dias anteriores. Na noite de 10 de julho as forças governistas reiniciaram suas ações contra os rebeldes visando à retomada da cidade, e entre os dias 11 e 14 travaram-se combates parciais em diferentes setores da frente de defesa dos revoltosos. No dia 15, Joaquim Távora atacou o quartel do 5º Batalhão de Polícia, no bairro da Liberdade, enquanto Juarez tentava restabelecer a posição perdida no bairro de Belenzinho. O quartel do 5º Batalhão foi retomado após sangrento combate do qual resultou a morte de Joaquim Távora, mas o assalto à posição de Belenzinho foi rechaçado, tendo Juarez recebido ferimentos leves.

Diante do insucesso da resistência na capital paulista, o general Isidoro, após entendimentos com o major Miguel Costa, decidiu retirar suas tropas, com cerca de três mil homens, entre soldados do Exército, da Força Pública de São Paulo e voluntários civis, que se concentraram no dia 29 de julho em Bauru (SP). Juarez participou então da organização dos revolucionários, que foram reagrupados em três brigadas de infantaria, um regimento

de cavalaria, um regimento misto de artilharia e uma escolta do quartel-general divisionário. O conjunto dessas forças formou uma divisão, sob o comando do general Isidoro, tendo como chefe do estado-maior o coronel Mendes Teixeira. Coube a Juarez comandar o 3º Batalhão de Caçadores da 2ª Brigada, sob as ordens do general Olinto de Mesquita Vasconcelos. Após exame da situação, o comando revolucionário decidiu prosseguir a retirada para o sudoeste do estado, tendo como primeiro objetivo o Porto Tibiriçá (SP), sobre o rio Paraná. Ainda no dia 29, Juarez, no comando do 3º BC, marchou sobre Botucatu (SP), ocupando essa cidade no dia 1º de agosto, quando recebeu ordens de deixá-la e seguir para Rubião Júnior (SP), onde se encontrava o grosso da divisão. Comandada pelo capitão Asdrúbal Gwyer de Azevedo, a vanguarda revolucionária alcançou Porto Tibiriçá no dia 6 do mesmo mês, apesar de algumas destruições da ferrovia realizadas por funcionários governistas. Naquele porto fluvial os rebeldes conseguiram aprisionar cinco vapores.

Devido a um sucesso inicialmente obtido em Mato Grosso pela vanguarda do batalhão do major Luís França Albuquerque, o comando revolucionário resolveu enviar em 15 de agosto uma expedição a Três Lagoas (MT) e designou Juarez Távora para comandá-la. A tropa revolucionária, após acirrados combates, viu-se obrigada a retornar a Porto Tibiriçá três dias depois, deixando em Campo Javanês (MT), local da batalha decisiva, cerca de cem homens, entre mortos e prisioneiros, além de armamentos. No entanto, dessa forma foi atingido o objetivo fundamental de atrair para a zona noroeste do estado fortes contingentes governistas, permitindo que o estado-maior revolucionário planejasse e executasse a retirada por via fluvial, em escalões sucessivos, para o oeste do Paraná, onde tentaria resistir às investidas das tropas legalistas e pôr-se em contato com simpatizantes da revolução no Rio Grande do Sul. Nesse estado, desde a suspensão, em dezembro de 1923, pelo Pacto de Pedras Altas, dos combates travados durante todo o ano contra o governo do líder republicano Antônio Augusto Borges de Medeiros, os federalistas e republicanos dissidentes discutiam a possibilidade de um novo movimento armado. Para tanto, procuraram o apoio de militares favoráveis ao movimento tenentista de 1922, como Luís Carlos Prestes, que continuava servindo no 1º Batalhão Ferroviário em Santo Ângelo, e outros que estavam exilados, principalmente o tenente Antônio de Siqueira Campos. Com o objetivo de tomar Guaíra (PR), o escalão de vanguarda paulista sob o comando de

João Francisco Pereira de Sousa, composto dos batalhões de Juarez Távora e de Nélon de Melo e da brigada de Mesquita de Vasconcelos, e reforçado por uma seção de artilharia montada e um piquete de cavalaria, embarcou em Porto Quinze (PR) em 25 de agosto. Apesar das interceptações das tropas legalistas, os revolucionários, após ocuparem diversos portos ao longo do rio Paraná, tomaram Guaíra em 14 de setembro, bem como a ferrovia que ligava a cidade a Porto Mendes (PR). Enquanto a maioria das tropas permanecia na região de Guaíra-Porto Mendes, aguardando a chegada do general Isidoro, o batalhão comandado por Juarez ocupou a cidade de Foz do Iguaçu (PR).

### O LEVANTE DE 1924 NO RIO GRANDE DO SUL

Em continuidade aos contatos com os gaúchos liderados pelo capitão Luís Carlos Prestes, realizou-se em 5 de outubro de 1924 em Foz do Iguaçu um encontro de representantes dos revoltosos paulistas, entre os quais Juarez Távora, com representantes dos líderes revolucionários civis e militares do Rio Grande do Sul: Siqueira Campos, Anacleto Firpo, que falava em nome de Joaquim Francisco de Assis Brasil e do caudilho gaúcho José Antônio Neto (conhecido como Zeca Neto), e ainda Alfredo Canabarro, emissário político de outro caudilho, o “general” Honório Lemes. Examinada a situação dos revoltosos paulistas no oeste paranaense, foram debatidas as possibilidades da ultimização do levante no Rio Grande do Sul.

No dia 8 do mesmo mês, Anacleto Firpo, Siqueira Campos, Canabarro e Juarez Távora partiram de Porto Aguirre, na Argentina, para a fronteira gaúcha, iniciando a preparação do movimento. Quatro dias depois, encontraram-se com Honório Lemes em Artigas, no Uruguai, onde ficou Canabarro, sendo dali enviada uma carta a Prestes para que este iniciasse contatos com os militares do estado. Anacleto, Siqueira e Juarez reuniram-se em seguida perto de Melo, ainda no Uruguai, com Assis Brasil e Zeca Neto, e acertaram o apoio dos líderes civis oposicionistas gaúchos ao levante militar.

Em 25 de outubro, em Paso de los Libres, na Argentina, Juarez e Siqueira Campos estabeleceram com os elementos militares de Uruguaiana (RS) a madrugada do dia 29 seguinte para início do movimento. Coube a Juarez levantar a guarnição de Uruguaiana, a Pedro Gay a de São Luís, a Prestes o Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, e a Siqueira Campos o batalhão de São Borja. Vitoriosa essa operação, no dia marcado os revoltosos



dominaram toda a fronteira gaúcha que ladeia o rio Uruguai, exceto Itaqui, onde as tropas legalistas supervisionadas pelo capitão Carneiro Pinto e por Osvaldo Aranha resistiram ao ataque. Ainda na manhã do dia 29, após ocupar Uruguaiana, Juarez decidiu enviar um esquadrão sob o comando do tenente Valério Lacerda para cercar a cidade de Alegrete. Com a chegada do general Honório Lemes a Uruguaiana no dia 30, Juarez passou-lhe o comando das tropas e seguiu com elas para Alegrete, cuja tomada era tida como decisiva para a revolução. Essa cidade havia, porém, recebido consideráveis reforços de Santa Maria e de Quaraí. Assim, depois de quatro horas de combate, o contingente revolucionário bateu em retirada. Juarez retornou então, no dia 2 de novembro, a Uruguaiana com a sua tropa, sendo ali informado de que Siqueira Campos e Aníbal Benévolo atacariam no dia 4 a cidade de Itaqui pelo norte e pelo leste e esperavam sua ajuda pelo sul. Organizou às pressas um destacamento e seguiu naquele dia para auxiliá-los. No entanto, Siqueira Campos, diante da superioridade do inimigo, suspendeu o ataque e retirou-se para a Argentina.

Seguindo orientação do general Honório Lemes, Juarez rumou com seu destacamento para Caverá, onde recebeu reforços e formou uma coluna de oitocentos homens que, sob o comando daquele general, atacaria Saicã, estação de remonta do Exército. Estabelecido o cerco no dia 16 de novembro, após duro combate contra o Corpo Provisório de Rosário, que veio em auxílio das forças legalistas, os revoltosos conseguiram seu intento. Em seguida, ainda em cumprimento à ordem de Honório Lemes, Juarez seguiu para Santana do Livramento a fim de entender-se com os oficiais do 7º Regimento de Cavalaria Independente. Comunicou-lhes que a cidade seria atacada na madrugada do dia 24 e que contava com o apoio deles, mas o aviso foi inútil, porque no dia 22, sabedor de que as tropas legalistas vinham no seu encalço, Honório Lemes resolveu armar-lhes uma emboscada no desfiladeiro da Conceição. Na manhã do dia 23, travou-se nesse local renhida luta, conseguindo as forças governistas resistir ao ataque. Desfalcado nos seus efetivos e já sem munição, Honório Lemes desistiu do ataque a Santana do Livramento e retirou-se para Rosário, que ocupou, rumando depois para Caçapava, atual Caçapava do Sul, onde esperava se juntar às forças sob o comando de Fernando Távora. Este, entretanto, atacado por tropas de corpos provisórios sob as ordens do coronel Júlio Boscino, em Barro Vermelho, teve que abandonar a luta, dispersando os poucos combatentes que lhe restavam

e internando-se no Uruguai.

Em face do ocorrido em relação ao 7º RCI, Juarez seguiu para Rivera, no Uruguai, à espera de uma oportunidade para reunir-se à coluna revolucionária em território gaúcho. Entretanto, no dia 25 de janeiro de 1925, Borges de Medeiros anunciou que o movimento revolucionário fora sufocado no Rio Grande do Sul. Esse fato levou Luís Carlos Prestes a comandar a marcha dos remanescentes sediciosos para o norte do estado a fim de se unirem aos paulistas que continuavam a combater no Paraná e em Santa Catarina.

Tomando conhecimento de que os generais Honório Lemes e Zeca Neto também haviam emigrado para o Uruguai, Juarez viajou para Buenos Aires, onde o esperava o general João Francisco. Demorou-se poucos dias nessa cidade, seguindo depois para o Paraguai a fim de entregar alguns documentos confidenciais ao deputado paraguaio Ayala, a pedido do general João Francisco. Em suas *Memórias*, Juarez esclareceu que esses papéis se referiam à entrega de armamentos e munições aos revolucionários brasileiros. Após cumprir essa missão, decidiu voltar ao sudoeste do Paraná para juntar-se aos rebeldes de São Paulo que ali combatiam. Fez duas tentativas para entrar em território brasileiro, mas foi impedido pela polícia paraguaia, que assim atendia a uma solicitação da embaixada do Brasil naquele país. Obrigado a permanecer em Assunção, e não conseguindo trabalho, Juarez passou por sérias dificuldades financeiras, mas, com a ajuda de um ex-colega da Escola Militar do Realengo e amigo de seu irmão Joaquim, o capitão Heitor Mendes Gonçalves, conseguiu, em fevereiro de 1925, entrar no país, seguindo para Salto, distrito de Uruguaiana, onde se apresentou ao general Miguel Costa, que o incluiu no seu efetivo.

A intenção de Prestes, quando iniciou a marcha para o oeste do Paraná indo em auxílio dos revoltosos paulistas que combatiam havia meses em Catanduvas (PR), era atacar pela retaguarda as forças legalistas que ali operavam. Recebeu, porém, ordens do general Isidoro para abandonar esse plano e seguir para a região de Benjamin Constant (PR) a fim de ali se reunir às forças paulistas e juntos empreenderem uma guerra de movimento em virtude do aumento da pressão que as tropas do governo exerciam sobre Catanduvas e da escassez de armamentos. Após a rendição de Catanduvas em 29 de março, Juarez recebeu ordens de Miguel Costa para cobrir, juntamente com o batalhão do major João Cabanas, a retirada das forças revolucionárias no eixo Catanduvas-Cascavel-Benjamin Constant-Foz do Iguaçu. Essa cobertura devia ser feita de modo a garantir a junção dessas forças com as tropas de

Prestes que se encaminhavam para Benjamin Constant. No exercício dessa missão, Juarez organizou resistências sucessivas, comandando a retaguarda até o dia 5 de abril, quando, nas proximidades de Cascavel (PR), passou o comando do batalhão a João Cabanas.

### A COLUNA PRESTES

Finalmente, no dia 7 de abril de 1925, Prestes encontrou-se com Miguel Costa no cruzamento das estradas de Benjamin Constant com Santa Helena (PR). Foi combinado então que seria tentado o deslocamento das operações para o sul do estado de Mato Grosso, devendo as tropas de Prestes seguir pela estrada de Santa Helena até a barranca do Paraná. Coube a Juarez barrar a progressão inimiga no eixo Cascavel-Benjamin Constant, cobrindo a retirada dos rebeldes. Alcançado esse objetivo, a junção das tropas paulistas e gaúchas efetuou-se no dia 11 do mesmo mês. No dia seguinte, realizou-se uma reunião do estado-maior revolucionário, na qual houve divergência quanto à tática a ser adotada, defendendo a maioria, ao lado do general Isidoro, a ideia do exílio, enquanto Prestes e Miguel Costa se batiam pela mobilização da tropa revolucionária para Guaíra, de onde ela passaria para o estado de Mato Grosso, se necessário cruzando território paraguaio. O estado-maior revolucionário acabou por concordar com a invasão de Mato Grosso e decidiu que Isidoro e Assis Brasil não acompanhariam as tropas, passando a liderança suprema a ser exercida por eles do exílio.

Nesse encontro ficou decidida ainda a reorganização da coluna, na qual todos os oficiais receberam novas patentes. A 1ª Divisão Revolucionária passou então a ter como comandante geral o “general de brigada” Miguel Costa e a ser constituída de dois contingentes: a Brigada Rio Grande, com oitocentos homens, sob o comando do “coronel” Luís Carlos Prestes e integrada pelos 1º, 2º e 3º destacamentos, comandados respectivamente pelos “tenentes-coronéis” Osvaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos, além do 1º Esquadrão de Cavalaria Independente, sob as ordens do capitão Ari Salgado Freire, e a Brigada São Paulo, com 1.300 homens, comandada pelo “tenente-coronel” Juarez Távora e formada pelos 2º e 3º batalhões de Caçadores, comandados respectivamente pelos majores Manuel Alves Lira e Virgílio dos Santos, o Batalhão de Artilharia Montada, sob o comando do capitão Henrique Ricardo Holl, e o 2º Esquadrão de Cavalaria Independente, comandado pelo capitão Jorge Danton.

Impossibilitadas de tomar Guaíra, fortemente defendida pelas forças legalistas, entre 26 e 29 de abril, as tropas revolucionárias cruzaram o território paraguaio com a permissão do comandante da guarnição de Puerto Adela e retornaram ao território brasileiro, reiniciando suas operações militares. Segundo determinação de Prestes e Miguel Costa, estas deveriam prosseguir através de todo o Brasil.

A vanguarda da invasão de Mato Grosso coube ao destacamento de João Alberto, que se juntou ao de Siqueira Campos para tomar a cidade de Ponta Porã (MT), que fora abandonada pela sua guarnição e invadida pelos paraguaios da cidade vizinha. As forças legalistas do coronel Péricles de Albuquerque, que se tinham retirado da cidade, foram engrossadas por tropas vindas de Campo Grande (MT) sob o comando do major Bertoldo Klinger. Siqueira Campos e João Alberto atacaram Klinger na cabeceira do rio Apa, obrigando-o a retirar-se para Campo Grande. Os destacamentos de Siqueira Campos e João Alberto encontraram-se com o resto da coluna perto do rio Pardo (E. F. Noroeste). Em 16 de maio, a coluna, novamente reunida, continuou através de Mato Grosso, sofrendo nova estruturação em 10 de junho, na localidade chamada Deserto de Camapuã. O comando geral continuou com Miguel Costa, mas Prestes passou a chefe do estado-maior e comandante de fato, enquanto Juarez tornou-se subchefe do estado-maior. Cordeiro de Farias, João Alberto e Siqueira Campos foram mantidos nos comandos dos 1º, 2º e 3º destacamentos, tendo sido criado então o 4º Destacamento, que foi posto sob o comando de Djalma Dutra. Foram organizados, além disso, grupos de patrulheiros e potreadores que avançariam para capturar inimigos e animais. A função principal de Juarez era obter informações sobre possíveis itinerários e marchas das tropas inimigas.

A penetração no território de Goiás ocorreu em 22 de junho, tendo a vanguarda da coluna ocupado, no dia 26, a cidade de Mineiros. Durante essa etapa da campanha, no dia 30 a Divisão Revolucionária foi derrotada pelas forças legalistas na Invernada Zeca Lopes, um dos mais sangrentos combates, do qual participaram Juarez e Siqueira Campos. Em meados de julho, tendo a coluna alcançado a vila de Anicuns, no sul de Goiás, Juarez escreveu um relatório sobre a marcha realizada que foi remetido ao deputado João Batista Luzardo, porta-voz dos revolucionários no Rio de Janeiro.

Entre 10 de agosto e 5 de setembro, a Divisão Revolucionária fez uma incursão pelo noroeste de Minas Gerais e sudoeste da Bahia, percorrendo cerca de 600km. No entanto,

devido à extrema pobreza da região, teve que suportar um dos piores períodos de subsistência, sendo obrigada a recuar rumo ao Maranhão através do norte de Goiás. Na orla de Posse (GO), Juarez voltou a fazer um relatório, a pedido de Miguel Costa, das atividades da coluna, igualmente remetido a Batista Luzardo.

No dia 13 de novembro, o destacamento de Cordeiro de Farias, acompanhado por Juarez Távora, penetrou em território maranhense, chegando dois dias depois à cidade de Carolina, de onde telegrafaram a Artur Bernardes comunicando-lhe a ocupação da cidade e concitando o presidente a abandonar a atitude de “ódio e vingança” que inspirava seus atos. Abandonando Carolina no dia 23, Cordeiro de Farias juntou-se ao grosso das tropas seis dias depois em São Raimundo das Mangabeiras (MA).

Em dezembro de 1925 Miguel Costa resolveu tentar um ataque simultâneo a Teresina e à cidade de Flores (MA), que lhe ficava fronteira, confiando a Prestes a coordenação do ataque à cidade maranhense e a Juarez a do ataque à capital piauiense. Feita, porém, uma exploração inicial para avaliar a organização defensiva dessas duas cidades, o comando revolucionário desistiu de executar a operação. No dia 31 ainda de dezembro, Juarez, ao tomar conhecimento de que uma lancha governista vinda do Piauí se apoderara de uma canoa dos rebeldes, decidiu armar-lhe uma emboscada. No entanto, tendo as tropas legalistas desfechado um ataque às forças revolucionárias postadas em Caieiras, Juarez ouviu o tiroteio à sua retaguarda e seguiu para aquela localidade. Preso antes de lá chegar, foi recolhido ao quartel do 25º Batalhão de Caçadores, em Teresina. Sem a sua participação, a coluna Miguel Costa-Prestes continuaria sua marcha pelo país, sempre combatendo as forças legalistas, até internar-se, em fevereiro de 1927, em território da Bolívia e do Paraguai.

Transferido de Teresina para São Luís, Juarez ficou inicialmente recolhido como preso comum na penitenciária estadual e, em seguida, no quartel do 24º BC. Poucos dias depois foi removido para o Rio de Janeiro, sendo levado, junto com Paulo Kruger, aprisionado em Grajaú (MA), para o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, comandado então pelo coronel Euclides Figueiredo. Ali se encontravam presos vários outros revoltosos, entre os quais Eduardo Gomes e Carlos Saldanha da Gama Chevalier, com os quais Juarez fez uma tentativa de fuga. Em consequência, foi enviado, em segredo, para a ilha de Trindade (ES) juntamente com outros oficiais do Exército e da Marinha. Nesse período começou a

redação das notas que publicaria mais tarde com o título de *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*.

Com a posse de Washington Luís na presidência da República em novembro de 1926 e a cessação do estado de sítio à cuja sombra Artur Bernardes tinha governado o país, Juarez e os demais presos políticos foram transferidos para o quartel dos Fuzileiros Navais, na ilha das Cobras. Com a saúde abalada por distúrbios digestivos consequentes do espreu, doença tropical que contraiu durante sua peregrinação pelo interior do Brasil, Juarez foi internado no hospital na ilha das Cobras e ali passou a arquitetar novo plano de fuga. Nessa época, em virtude da suspensão do estado de sítio, alguns capítulos do seu depoimento foram publicados em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Finalmente, em janeiro de 1927, auxiliado por ex-companheiros de prisão já em liberdade, conseguiu evadir-se, procurando a partir de então refúgios sucessivos em casa de amigos e parentes.

#### ARTICULAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE 1930

Em julho de 1927 Juarez foi a Montevideu para entender-se com Isidoro Dias Lopes sobre a preparação e deflagração de um movimento armado no Nordeste, que seria encabeçado pela guarnição militar do Recife. Do encontro resultou a conclusão de que a sublevação era inviável. Em vista disso, Juarez escreveu a Carlos de Lima Cavalcanti, líder civil da revolta em Pernambuco, dissuadindo-o desse intento. Nessa ocasião, Isidoro forneceu a Juarez uma carta na qual o comissionava general de brigada para chefiar oportunamente aquele levante. Com essa credencial, Juarez viria a chefiar naquela região, três anos mais tarde, a Revolução de 1930.

Regressando ao Brasil, Juarez foi morar numa república com Siqueira Campos e João Alberto, igualmente clandestinos, e assegurou seu sustento com a renda da obra já citada, lançada em dois volumes, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro. Nessa época passou a usar o nome falso de Otávio Fernandes.

Em fevereiro de 1928, juntamente com outros revoltosos, foi condenado a um ano e quatro meses de reclusão por sentença do juiz Olímpio de Sá e Albuquerque, em virtude de sua participação no levante de 1922. Ainda em 1928, mantendo-se na clandestinidade, obteve um empréstimo de Caio de Lima Cavalcanti e associou-se a dois portugueses na reabertura de uma olaria em Sarapuí, a alguns quilômetros de Meriti, hoje Duque de Caxias (RJ), onde

trabalhou por vários meses. Entretanto, como a polícia intensificasse a caça aos foragidos políticos da revolta de 1924 — principalmente os integrantes da coluna Miguel Costa-Prestes —, a exemplo de outros companheiros Juarez decidiu exilar-se, e em fevereiro de 1929 foi para Buenos Aires residir num porão da Calle Galle com Siqueira Campos, Orlando Leite Ribeiro, João Alberto e Djalma Dutra. Para sobreviver exerceram funções humildes e suportaram sérias privações. Não deixaram, porém, de conspirar contra o governo de Washington Luís. De vez em quando um emissário era mandado ao Brasil para entrar em contato com Paulo Nogueira Filho em São Paulo, Carlos e Caio de Lima Cavalcanti em Pernambuco e Osvaldo Aranha no Rio Grande do Sul. Nesse período, Juarez realizou viagens a Corrientes, na Argentina, onde se encontrou com Miguel Costa, a Santa Fé, onde residia Prestes, e a Assunção, no Paraguai, para visitar seu irmão Fernando.

Em meados de 1929, os governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba romperam politicamente com o presidente da República, Washington Luís, em virtude da escolha de Júlio Prestes, presidente de São Paulo, como candidato à sucessão presidencial nas eleições de março de 1930. Essa atitude do governo foi considerada uma interrupção da alternância São Paulo-Minas Gerais na política sucessória adotada até então, conhecida como a “política do café com leite”. Diante disso, os rebeldes exilados e os políticos que divergiam do governo federal aproveitaram a oportunidade para iniciar entendimentos visando a apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, e de João Pessoa, presidente da Paraíba, lançadas pela Aliança Liberal.

Dos entendimentos mantidos a partir de então pelos exilados através de Luís Carlos Prestes, resultou a ida a Porto Alegre de Siqueira Campos e João Alberto, que foram postos em contato com Getúlio Vargas. Juarez, com a aquiescência de Prestes e Miguel Costa, resolveu juntar-se àqueles companheiros no Rio Grande do Sul e participar das articulações com os políticos daquele estado, de Minas Gerais e da Paraíba. Chegando à capital gaúcha, encontrou-se com Osvaldo Aranha, secretário do Interior do estado e principal articulador da conspiração no Sul, que lhe providenciou um passaporte com o nome falso de Humberto Gomes do Nascimento.

De acordo com o plano estabelecido por seus companheiros, Juarez deveria seguir para o Nordeste a fim de preparar ali o movimento. Antes, porém, de deixar Porto Alegre, recebeu a missão de, junto com Siqueira Campos, entender-se, em nome do governo gaúcho, com o

presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, a respeito da contribuição que caberia a esse estado na aquisição de armamentos no estrangeiro. Após o cumprimento dessa missão, seguiu para o Rio de Janeiro, onde, em janeiro de 1930, na antevéspera de sua partida para o Nordeste, foi preso e conduzido à presença de Coriolano de Góis, chefe de polícia do Distrito Federal. Submetido a longo interrogatório, foi enviado no dia seguinte para a fortaleza de Santa Cruz. Ali já se achavam presos vários companheiros seus, entre os quais Eduardo Gomes, Newton Estillac Leal e Djalma Dutra.

Foi nessa prisão que Juarez recebeu a visita do tenente Juraci Magalhães. Servindo no 1º Regimento de Infantaria da Vila Militar, Juraci era simpático ao movimento revolucionário e lhe contou que tinha sido convidado pelo comandante da sua unidade, juntamente com os tenentes Jurandir Mamede e Agildo Ribeiro, também adeptos das mesmas ideias, para servir ao 22º BC, sediado na capital paraibana. Confidenciou-lhe em seguida que lá procuraria organizar, com os companheiros, um núcleo de apoio ao movimento no Nordeste. Juarez achou oportuna a ida dos três e informou Juraci de que estava tramando sua fuga da prisão para seguir para aquela região do país. Em fevereiro ainda de 1930, com a ajuda de amigos, entre eles Ari Parreiras, Juarez conseguiu escapar da prisão com Estillac Leal e Alcides T. de Araújo.

Em março realizaram-se as eleições presidenciais, saindo vitoriosa a chapa Júlio Prestes-Vital Soares, apoiada por Washington Luís. Os setores aliancistas, que já esperavam por aquele resultado, intensificaram as articulações para a deflagração do movimento armado. Em meados do mês, Juarez iniciou exaustiva e tumultuada viagem para o Nordeste, com a identidade falsa de Olavo Silva. Chegando a Recife em abril, entrou imediatamente em contato com Caio e Carlos de Lima Cavalcanti, informando-se da situação em Pernambuco e na Paraíba. Seguiu depois para a Paraíba e refugiou-se na residência de Juraci e Mamede na praia de Tambaú, onde iniciou as ligações com os tenentes revolucionários que serviam no 22º BC. De Tambaú viajou até Fortaleza para estabelecer contatos com oficiais do 23º BC e do Colégio Militar, regressando em seguida à Paraíba. Juarez era partidário de que, iniciado o levante, se constituísse um governo geral do Norte, com João Pessoa na chefia, pois entendia que a luta seria longa e a resistência do estado da Bahia acabaria por separar os revoltosos do Norte e Nordeste das forças do Sul.

No início de maio de 1930, Prestes convocou Juarez, Siqueira Campos e João Alberto para



uma reunião em Buenos Aires a que o primeiro ficou impossibilitado de comparecer. No encontro, em que também esteve presente Miguel Costa, Prestes comunicou-lhes que retirara o apoio à Aliança Liberal por divergir ideologicamente da orientação que ela dava ao movimento revolucionário. Disse que, tendo aderido às ideias comunistas, convencerase do caráter pernicioso daquela revolução, cujo cunho acentuadamente burguês representaria simplesmente uma luta entre as oligarquias dominantes. Preocupado com a cumplicidade das forças armadas no movimento, propôs aos militares que assumissem a sua posição, que seria divulgada a toda a nação através de manifesto que estava preparando. Siqueira Campos e João Alberto conseguiram, no entanto, que Prestes se comprometesse a retardar por um mês a publicação do manifesto, prazo no qual os aliancistas tentariam deflagrar a revolução. Na viagem de regresso ao Brasil, o avião em que viajavam João Alberto e Siqueira Campos caiu, no dia 10 de maio, no rio da Prata, morrendo no acidente o último. Prestes rompeu então seu compromisso e antecipou a publicação do manifesto, enviando no dia 25 do mesmo mês uma cópia a Juarez. No documento, Prestes não só atacava os propósitos da Aliança Liberal, cujo programa considerava anódino, como tornava explícito o caráter que achava necessário imprimir à revolução. Para ele os golpes deveriam ser desfechados prioritariamente contra a propriedade territorial e contra o imperialismo anglo-americano, o que só poderia ser feito “pela verdadeira insurreição de todos os trabalhadores”.

Juarez escreveu a Prestes dois dias depois, divergindo quanto ao estabelecimento de um governo exclusivamente proletário, porque, para ele, a chefia do país deveria ser integrada por “gente esclarecida e honesta, estabelecida em nome de todas as classes e capaz de regular imparcialmente os interesses de cada uma delas”. Divergia igualmente da forma radical como Prestes pretendia solucionar questões relativas à dívida externa, à encampação das empresas estrangeiras estabelecidas no país, e à redistribuição da propriedade territorial. Para Juarez a prioridade do movimento deveria ser a extinção das tradicionais lideranças anárquicas dominantes no cenário político brasileiro. Preocupado com a repercussão negativa do manifesto no movimento que estava sendo articulado, declarava ainda a sua decisão de não publicá-lo nos jornais do Nordeste.

O manifesto de Prestes foi, no entanto, divulgado no dia 29 de maio pelo *Diário da Noite*, órgão dos Diários Associados, no Rio de Janeiro, e nos dois dias seguintes, pelos outros

jornais do Rio e de São Paulo. A partir de então estabeleceu-se entre Prestes e Juarez acirrada polêmica através de cartas, que culminou com a divulgação pela imprensa, na segunda quinzena de junho, de um manifesto de Juarez contestando as ideias preconizadas por Prestes. Por outro lado, com o afastamento de Prestes, João Alberto e Juarez tiveram seus nomes cogitados para o comando militar do movimento. Nesse momento, entretanto, Antônio Carlos e Getúlio Vargas recuaram em relação à luta armada, o que determinou a paralisação dos preparativos. Mais tarde a escolha para a chefia militar recairia no tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Nesse período, havia recrudescido a pressão do governo federal sobre a Paraíba, inclusive através do apoio velado à Revolta de Princesa, hoje Princesa Isabel (PB), liderada por José Pereira, opositor de João Pessoa. O assassinato de João Pessoa no dia 26 de julho desencadeou grave crise política nacional. Embora cometido por um adversário político por motivos familiares, o crime provocou intensa reação nos círculos revolucionários, levando Antônio Carlos e Vargas a decidir dar novo apoio à conspiração. Por outro lado, alegando a situação de guerra civil existente na Paraíba e a incapacidade do governo estadual para reprimir os excessos da multidão exaltada pelo assassinato de João Pessoa, o governo federal determinou verdadeira ocupação do estado por tropas do Exército. Após a ocupação de Princesa Isabel por um destacamento do Exército, o governo estadual foi compelido a retirar das proximidades da cidade as forças policiais que combatiam a rebelião, deslocando-as para o interior do estado.

Diante das proporções que a pressão militar do governo central tinha assumido, Juarez enviou em fins de agosto um telegrama a Osvaldo Aranha, pedindo-lhe que apressasse o movimento para evitar um levante isolado e sem possibilidades de êxito, deflagrado por elementos revoltados da Paraíba. No dia 20 de setembro Osvaldo Aranha comunicou a Juarez a conclusão dos preparativos do movimento no Sul e no Centro do país, e pediu-lhe que indicasse imediatamente duas ou três datas que julgasse mais convenientes para desencadeá-lo no Norte. Na capital paraibana, além do quartel-general revolucionário do Norte, estava sediado também o comando da 7ª RM, para lá transferido após o assassinato de João Pessoa. Era preciso, pois, não só levar o fator surpresa, como também ter como oficial de dia no 22º BC um dos oficiais comprometidos com o movimento. Após transmitir três datas, Juarez recebeu comunicado de Osvaldo Aranha fixando, de comum acordo com

Antônio Carlos, o início do movimento para as 5:30h da tarde de 3 de outubro. Embora fosse essa a data preferida por Juarez, em virtude de estar escalado como oficial de dia do 22º BC o tenente Agildo Barata, um dos cabeças da conspiração nessa unidade, a hora fixada era inaceitável por não garantir a indispensável surpresa na execução do levante. Como fora estabelecido desde o início que o movimento deveria começar simultaneamente nos três pontos do país, Juarez enviou a Osvaldo Aranha um telegrama cifrado pedindo-lhe para iniciar o movimento na madrugada do dia 4. Entretanto, sua extrema cautela na redação do telegrama tornou-o ambíguo, provocando um mal-entendido. Tendo Juarez substituído a palavra levante por marcha, Osvaldo Aranha acedeu à solicitação, entendendo que Juarez se referia ao início da movimentação das tropas para o sul após o levante e não ao começo do levante. O líder do movimento no Nordeste estava convencido de que a sua mensagem fora corretamente interpretada.

#### A REVOLUÇÃO DE 1930 NO NORDESTE

A eclosão do movimento estava programada para ocorrer simultaneamente no 21º BC, em Recife, no 22º BC e na Polícia Militar destacada na Paraíba, no 23º BC, em Fortaleza, no 29º BC em Natal, no 25º BC em Teresina, no 24º BC em São Luís e no 26º BC em Belém, além de companhias de Fuzileiros na Paraíba e de contingentes de praças do Colégio Militar de Fortaleza. O levante incluía ainda a cooperação de civis e, onde fosse possível, a ajuda de elementos da política local. Para assegurar o fator surpresa, Juarez retardou até a antevéspera a comunicação da data fixada às chefias de cada guarnição. Contrariando a opinião de alguns companheiros que insistiam em sua permanência na Paraíba no início do movimento, Juarez decidiu seguir para Recife, uma vez que a mobilização das forças rebeldes no 21º BC mostrava-se precária. Assim, às primeiras horas da noite do dia 3 partiu para a capital pernambucana com o tenente Sebastião Mendes de Holanda, a quem caberia o comando do levante do 21º BC, e com o tenente Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Chegando a Recife, soube, através de Carlos e Caio de Lima Cavalcanti, que o movimento revolucionário fora iniciado no Sul às 5:30h da tarde daquele mesmo dia e que as autoridades estaduais e federais já se tinham inteirado do fato. Juarez, seus companheiros de viagem e Carlos de Lima Cavalcanti rumaram então para o quartel do 21º BC, certificando-se ao se aproximar de que as forças governistas haviam

sido postas de prontidão. Considerando inteiramente frustrado o plano de ocupação rápida de Recife, Juarez voltou imediatamente para a Paraíba. Antes de embarcar, porém, objetivando a criação no Recife de pelo menos um foco de atividade revolucionária, determinou que um grupo de civis comandados por Rui e Caio de Lima Cavalcanti danificasse os equipamentos de ligação da central telefônica e ocupou o quartel da Soledade, depósito de material bélico da 7ª RM, o que permitiria armar e municiar todos os voluntários civis e militares que ali se apresentassem. Ao chegar à capital paraibana, tomou conhecimento do êxito ali alcançado pelos sediciosos do 22º BC, comandados pelos tenentes Juraci Magalhães, Jurandir Mamede, Agildo Barata e Paulo Cordeiro, e pela Polícia Militar da Paraíba, sob o comando do coronel Elísio Sobreira. Esse sucesso fora devido em grande parte à iniciativa de Agildo Barata de reter em seu poder a correspondência telegráfica enviada ao general Alberto Lavenère Wanderley, comandante da 7ª RM, que foi morto em combate nessa ocasião, sobre o levante das guarnições do Centro e do Sul.

Acompanhando ou imediatamente aderindo à rebelião do 22º BC e da Polícia Militar, rebelaram-se as companhias do 28º BC, 25º BC e 24º BC, destacadas na capital paraibana, o 23º BC, acantonado em Sousa, o 29º BC, em Santa Rita do Sabrigi, e a Companhia de Fuzileiros do 21º BC, acantonada em Campina Grande. No Piauí o 25º BC também se revoltara na madrugada do dia 4, depondo o presidente do estado Pires Leal e pondo em seu lugar o vice-presidente, comandante Areia Leão. Juarez organizou então na Paraíba um destacamento com elementos do 22º BC para apoiar os focos revolucionários que se tivessem estabelecido em Recife. Essa unidade militar, comandada por Juraci Magalhães, ao penetrar na capital pernambucana, no dia 5, encontrou apenas resistências esparsas. O presidente do estado, Estácio Coimbra, se retirara para Alagoas, o contingente do 21º BC tinha embarcado para Natal, e grande parte dos elementos da Polícia Militar propôs se render aos revolucionários. Ainda no dia 5, ocorreu também o levante do 26º BC em Belém do Pará. Não conseguindo se apoderar do quartel-general da 8ª RM, os insurretos se retiraram da capital.

No dia 6, com o avanço do 29º BC sobre Natal, o presidente do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, abandonou o governo. Nesse mesmo dia, com José Américo de Almeida, Juarez viajou para Recife, onde Carlos de Lima Cavalcanti tomava posse, para

estabelecer ali o quartel-general revolucionário do Norte. Dois dias depois, o presidente do Ceará, José Carlos de Matos Peixoto, abandonou o governo, sendo substituído por Manuel do Nascimento Fernandes Távora, irmão de Juarez. Ainda nesse dia, o 24º BC sediado em São Luís revoltou-se, depondo o presidente do Maranhão, José Pires Sexto, e empossando no governo o major José Luso Torres. No dia 9, com os governos revolucionários já constituídos nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, Juarez, como chefe militar da revolução no Norte, decidiu atribuir a José Américo de Almeida, que desde o governo de João Pessoa exercia o cargo de secretário de Segurança do estado da Paraíba, as funções de governador federal daquela região. O reagrupamento das forças revolucionárias do Norte foi efetuado mediante a organização de três unidades: a Brigada Leste, sob o comando de Juraci Magalhães, que deveria ocupar Maceió e Aracaju e invadir o nordeste da Bahia; a Brigada Nordeste, comandada por Jurandir Mamede, que ocuparia Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), e a Brigada Norte, que se deslocaria pelo eixo Fortaleza-Teresina-São Luís e depois ingressaria em território paraense para ocupar Belém.

No dia 10 o presidente Álvaro Pais abandonou o governo de Alagoas, e o 20º BC, sediado em Maceió, aderiu à revolução sem resistências. Para substituí-lo, José Américo empossou, no dia 14, Hermilo de Freitas Melro. No dia 11 José Américo empossou também, no Rio Grande do Norte, Irineu Joffily, em substituição ao presidente deposto, Juvenal Lamartine. No dia 16, o 28º BC, sediado em Aracaju, aderiu à revolução, tendo o presidente do estado, Manuel Dantas, abandonado o governo. Para substituí-lo, José Américo nomeou dias depois o general José Calasans. No dia 24, uma junta militar composta pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante José Isaías de Noronha substituiu o presidente da República, Washington Luís, deposto pela alta hierarquia do Exército. Diante disso, o governador da Bahia, coronel Frederico Costa, renunciou ao governo do estado, sendo nomeado para substituí-lo o civil Leopoldo Amaral.

#### “VICE-REI DO NORTE”

Avisado pelos tenentes Artur da Costa e Silva e Napoleão Alencastro Guimarães de que estava havendo tentativas de divisão das forças revolucionárias no Rio de Janeiro, onde era necessária a sua presença, Juarez para lá seguiu no dia 27 de outubro, juntamente com

Agildo Barata e Mirocem Navarro, sendo recebido com grandes manifestações de efusão pelo povo carioca. Convidado por Getúlio Vargas, quando este assumiu o poder em 3 de novembro de 1930, a ocupar o cargo de ministro de Viação e Obras Públicas, não aceitou, alegando o compromisso dos chefes militares de não ocupar postos na administração civil, já que cabia às forças armadas garantir ao governo a necessária segurança para que este realizasse a obra de renovação revolucionária. Todavia, atendendo a solicitação de Osvaldo Aranha, ocupou a pasta de 4 a 24 de novembro, quando, por indicação sua, foi nomeado para o cargo José Américo de Almeida. Em 14 de novembro o governo provisório extinguiu as juntas governativas dos estados do Norte e Nordeste, e os governadores que a revolução empossou foram designados interventores federais.

Devido à precariedade do programa da Aliança Liberal e à necessidade de definir os rumos do governo provisório, um grupo de civis e militares identificados como os “verdadeiros revolucionários” passou, em novembro, a se reunir às noites no palácio Guanabara para discutir aquelas questões. Esse grupo, que a imprensa denominou “Gabinete Negro”, era integrado por José Fernandes Leite de Castro, Osvaldo Aranha, Ari Parreiras, José Américo de Almeida, Juarez Távora, Pedro Ernesto Batista e João Alberto, que, embora interventor em São Paulo, vinha ao Rio constantemente. Como decorrência desses encontros, presididos por Vargas, e diante da dificuldade de encontrar um denominador comum entre os diferentes grupos de apoio à revolução, foi organizado um instrumento de aglutinação revolucionária, a Legião de Outubro, com a tarefa de consolidar e defender os princípios do movimento. Tratava-se de um órgão associativo de base, capaz de congregar, em cada município, todos os elementos atuantes ou simpatizantes da revolução sob a chefia dos interventores federais em cada estado.

Considerando a importância dessa organização, também como preventivo contra o aliciamento comunista, Juarez recomendou a sua implementação pelos elementos revolucionários do Norte e Nordeste. Entretanto, como a obra revolucionária continuava a se processar sem rumos definidos, Juarez, Osvaldo Aranha, Góis Monteiro e João Alberto decidiram se reunir, em dezembro de 1930, em Poços de Caldas (MG) para discutir e definir as linhas mestras de um programa de ação. *O Jornal*, do Rio de Janeiro, publicou no dia 12 desse mesmo mês um apanhado das decisões tomadas por aqueles líderes, batizando o encontro de Pacto de Poços de Caldas. Segundo o depoimento do próprio Juarez em suas

*Memórias*, embora o objetivo básico da reunião não tenha sido alcançado, ele retornou ao Rio de Janeiro decidido a participar das responsabilidades do governo provisório, e assim aceitou o cargo de delegado militar junto às interventorias do Norte e Nordeste, desde o território do Acre até o estado da Bahia. Nomeado em 12 de dezembro, assumiu essas funções nos primeiros dias de janeiro do ano seguinte, passando a ser chamado pela imprensa de “vice-rei do Norte”. Para secretário dessa delegação foi nomeado Agildo Barata.

Nessa época, em 14 de janeiro de 1931, ao completar 33 anos, Juarez casou-se com sua prima Nair, filha de Belisário Távora. Teria com ela quatro filhos. Ainda nesse mês vários núcleos populares do Norte e Nordeste se mobilizaram para pedir ao governo provisório sua promoção a general por serviços prestados à revolução. Embora Vargas desejasse conceder-lhe essa patente, Juarez se recusou a aceitá-la por não ter cumprido os indispensáveis requisitos militares, e enviou telegrama nesse sentido aos interventores do Norte e Nordeste, bem como ao presidente da República. Em fevereiro Juarez foi ao Nordeste para tratar da substituição dos interventores na Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte. Embora sempre tivesse defendido a não participação de militares nos cargos da administração pública, as discórdias entre civis e militares o levaram a ir substituindo, gradativamente, os primeiros pelos segundos em todas as interventorias do Norte e Nordeste, com exceção do território do Acre, Paraíba e Pernambuco.

Em 11 de março, estando em Recife, Juarez foi convocado a vir com urgência ao Rio de Janeiro por telegramas de Góis Monteiro e Alcides Etchegoyen, para discutir a situação criada em São Paulo com o rompimento entre os integrantes do Partido Democrático (PD) e o interventor João Alberto e as divergências entre este e Miguel Costa e de ambos com o general Isidoro Dias Lopes em torno da organização e comando da Legião de Outubro naquele estado. Apesar de ter retornado imediatamente à capital do país, Juarez teve que se afastar do cenário político por motivo de doença até agosto de 1931. No mês de abril, foi promovido a major.

Em setembro de 1931, juntamente com Osvaldo Aranha e Ari Parreiras, Juarez foi nomeado membro da Comissão de Correição Administrativa, criada nessa época com a finalidade de proceder à correição dos atos da administração pública e sugerir às autoridades competentes as medidas e sanções a serem aplicadas. Essa comissão sucedeu à

Junta de Sanções que, por seu turno, tinha substituído o Tribunal Especial criado com a instituição do governo provisório, com a finalidade de processar e julgar crimes políticos e administrativos ocorridos no governo de Washington Luís. Em outubro do mesmo ano, ao ser baixado o decreto que instituiu os conselhos consultivos destinados a assessorar os interventores e prefeitos, Juarez julgou desnecessária a existência da Delegacia do Norte. Em vista disso, solicitou a Vargas a extinção desse cargo e a sua consequente demissão, assim como das funções de membro da Comissão de Correição Administrativa, no que foi atendido ainda em dezembro.

Integrante do Clube 3 de Outubro, entidade fundada em maio de 1931 para ser, ao lado da Legião de Outubro, um núcleo de debates, condensação e defesa dos ideais revolucionários, à margem dos partidos políticos, Juarez desligou-se dele em janeiro de 1932, por discordar dos termos do manifesto à nação lançado em dezembro do ano anterior por seus integrantes, combatendo a ideia da convocação urgente de uma assembleia constituinte. Do mesmo modo, quando em abril de 1932, pressionado principalmente pela oligarquia paulista, Vargas decidiu marcar as eleições para a Constituinte para 3 de maio de 1933, foi contrário a tal decisão.

Em maio de 1932, a convite de Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda, Juarez passou a integrar a Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios, organizada naquele ministério com o fim de tentar solucionar a questão dos empréstimos externos contraídos pelos estados em anos anteriores. Ao assumir o cargo, sugeriu que o governo federal auxiliasse esses estados dirigindo-se diretamente aos banqueiros credores, sem interferência de intermediários, sugestão aceita pela comissão.

Reingressando no Clube 3 de Outubro, Juarez colaborou na elaboração dos trabalhos apresentados pelo núcleo do Rio de Janeiro na primeira convenção nacional da entidade, em julho de 1932, e foi eleito membro da comissão executiva provisória do núcleo nacional. Coube a essa comissão preparar as teses que, aprovadas pela convenção, se basearam no ideário da revolução e deveriam ser apresentadas no I Congresso Nacional Revolucionário.

## A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO



Em julho de 1932 eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista, em consequência da intensificação dos conflitos entre as lideranças paulistas tradicionais e o governo federal representado naquele estado por elementos tenentistas. Em apoio ao governo, Juarez seguiu para Minas Gerais, onde algumas unidades estavam em posição vulnerável. Ao chegar a Juiz de Fora, sede da 4ª RM, procedeu à imediata prisão do general Firmino Borba, que, tendo assumido poucos dias antes o comando da região, estava comprometido com os revolucionários paulistas. Substituiu-o pelo coronel Jorge Pinheiro, que reorganizou seu estado-maior, nomeando Gustavo Cordeiro de Farias para a sua chefia. Coube a Juarez a subchefia do estado-maior da 4ª Divisão de Infantaria, que devia operar no eixo Itajubá-Pouso Alegre-Ouro Fino-Mojimirim. O plano de operações adotado visava essencialmente conter as tentativas de invasão do território mineiro, agir ofensivamente sobre a região nordeste de São Paulo e, infletindo depois para sudoeste, ocupar Campinas, ameaçando daí a capital paulista em poder dos rebeldes. Posto em execução, o plano não chegou a se completar devido à suspensão das hostilidades pelo armistício solicitado em 2 de outubro pelos paulistas ao ministro da Guerra, general Góis Monteiro. De acordo com seu depoimento, Juarez combateu os revoltosos paulistas porque se opunha à ideia de um retorno imediato ao regime constitucional, acreditando que o governo provisório ainda não havia realizado os objetivos pelos quais se tinham batido os revolucionários de 1930.

Regressando ao Rio, Juarez voltou a participar, em novembro seguinte, dos trabalhos da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda. No dia 15 desse mês realizou-se no Rio de Janeiro o I Congresso Nacional Revolucionário, ao qual estiveram presentes representantes do Clube 3 de Outubro e delegações da Legião 5 de Julho, da Legislação Paranaense, da Ação Integralista Brasileira, do Partido Liberal Socialista e do Partido Popular Progressista, os dois últimos de São Paulo. Eleito primeiro vice-presidente do conclave, Juarez teve que arcar constantemente com a presidência, já que Pedro Ernesto Batista, que era o titular, quase nunca podia comparecer às sessões devido a seus encargos como interventor no Distrito Federal. Desse modo, coube a Juarez ultimar as providências decorrentes das decisões do congresso, inclusive aquelas ligadas à fundação do Partido Socialista Brasileiro. Embora divergindo da orientação ideológica desse partido, Juarez foi durante mais de dois meses um dos seus organizadores em virtude de o Congresso ter votado e aprovado uma moção no sentido de adotá-lo como catalisador

da ideologia revolucionária. O Clube 3 de Outubro, no entanto, mantendo a sua posição de órgão não partidário, passou a ter como preocupação maior a difusão, junto aos novos partidos em formação nos estados, das ideias de renovação política, econômica e social para facilitar sua defesa perante a Assembleia Nacional Constituinte.

### NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Em dezembro de 1932, Juarez foi convidado por Getúlio Vargas para a pasta da Agricultura, em substituição a Joaquim Francisco de Assis Brasil, que, ocupando um posto diplomático em Buenos Aires, estava sendo substituído interinamente havia quase um ano por Mário Barbosa Carneiro. Dois motivos levaram Juarez a aceitar o ministério: primeiro, poder colaborar com os governos do Nordeste em relação aos problemas das secas, e segundo, poder influir, na qualidade de ministro, nos trabalhos da Assembleia Constituinte, cuja eleição já fora fixada para maio de 1933. Nomeado no dia 22 de dezembro, Juarez assumiu dois dias depois e logo após a posse tratou de organizar comissões de técnicos encarregados de elaborar a reforma estrutural e funcional do ministério. Em janeiro de 1933 criou a Diretoria de Expediente e Contabilidade e as diretorias gerais de Agricultura, Indústria Animal e Pesquisas Científicas, além de regular o exercício da profissão de agrônomo.

Entre os vários órgãos criados na sua gestão para aumentar a eficiência funcional do ministério incluem-se ainda o Instituto de Tecnologia (maio de 1933), o Instituto do Açúcar e do Alcool (junho de 1933), a Diretoria de Estatística e Publicidade (julho de 1933), o Departamento Nacional de Produção Mineral (julho de 1933) e o Instituto de Biologia Animal (agosto de 1933). Em setembro de 1933 foi regulamentada a profissão de veterinário. Em outubro do mesmo ano foi criado o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e, em novembro, o Entreposto de Pesca do Distrito Federal.

Naquela época, o café — principal produto de exportação — enfrentava grave crise. As safras anuais, que vinham excedendo às demandas do mercado internacional, tinham forçado o governo brasileiro a financiar e manter armazenados enormes estoques à espera de oportunidade para exportá-los. Para aliviar a pressão das taxas de armazenagem e de baixa de preço por excesso do produto, o governo iniciara a queima de milhares de sacas.

Como o Ministério da Agricultura não possuía um setor relacionado com esse produto, Juarez conseguiu, após entendimentos com Osvaldo Aranha, que uma pequena seção do Instituto do Café fosse transferida do Ministério da Fazenda para o seu ministério, onde se integrou no Departamento Nacional de Produção Vegetal com o título de Serviço Técnico do Café. Sustentando a tese de que o café, por sua significação na economia brasileira, deveria ter o seu problema equacionado e resolvido sob a égide do governo federal, Juarez sugeriu a Osvaldo Aranha que os grandes estoques de café armazenados fossem submetidos a severo processo de beneficiamento que os livrasse de todas as impurezas, devendo o Ministério da Fazenda se encarregar dessa providência mediante a cobrança de determinada taxa por saca. Essa proposta não encontrou, porém, ressonância naquele ministério nem no Instituto do Café.

Enquanto ministro de Estado, Juarez participou, como membro nato, dos trabalhos desenvolvidos pela Assembléia Constituinte instalada em 15 de novembro de 1933, tendo sugerido 15 teses na mesma linha das que havia defendido no I Congresso Nacional Revolucionário. Dentre elas destacaram-se as seguintes: a) a adoção do sufrágio universal direto apenas na esfera dos municípios, procedendo-se às eleições estaduais e federais por sufrágio indireto (este ponto só foi adotado nas disposições transitórias para as eleições seguintes); b) respeito à autonomia dos estados; c) criação de conselhos técnicos dentro de cada ministério; d) garantia plena de manifestação do pensamento através de órgãos de comunicação; e) criação de um conselho federal, órgão superior de supervisão que teria uma ação moderadora na coordenação dos três poderes (esse órgão não chegaria a ser implantado, pois esta função passou a ser exercida pelo Senado); f) abolição do chamado “direito de cessão”, incorporando-se as riquezas do subsolo e as fontes de energia hidráulica ao patrimônio da União, com caráter de imprescritibilidade e inalienabilidade e atribuindo-se à União a competência exclusiva para outorgar a particulares o direito de pesquisa e de lavra das jazidas minerais, bem como de exploração de energia hidráulica em águas consideradas de domínio público. Com base nesses princípios adotados pela nova Constituição, seriam sancionados, em 10 de julho de 1934, os Códigos de Minas e de Águas.

Em janeiro de 1934, Juarez aprovou os códigos de Caça e Pesca e o Florestal, instituindo o Dia da Árvore, a ser comemorado no dia 21 de setembro de cada ano. No mês seguinte

criou a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária. Ainda em fevereiro de 1934, participou de reunião de ministros para discutir a escolha do primeiro presidente constitucional, que resultou na indicação da candidatura de Getúlio Vargas. Em abril, ao lado de Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida, Protógenes Guimarães, Pedro Ernesto e Góis Monteiro, manifestou-se publicamente a favor do nome do chefe da nação.

Encarando com reservas a questão da revisão do contrato da Itabira Iron Ore Co., Juarez manifestou ao chefe do governo, em ofício de março de 1934, completo acordo com o parecer do Departamento Nacional de Produção Mineral. Era de opinião que contrariamente ao proposto pela comissão constituída pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, a revisão abrangesse apenas a parte referente ao transporte, devendo a concessão para a exploração e a exportação de minério de ferro ser regulada em novo contrato. Esse assunto, amplamente debatido nos meios políticos, só seria resolvido anos mais tarde ao serem firmados os acordos de Washington, em junho de 1942, quando o governo inglês se propôs a transferir ao Brasil, sem qualquer ônus, a Companhia Itabira de Mineração.

Como ministro da Agricultura, Juarez colaborou ainda com os trabalhos de criação do Instituto Brasileiro de Estatística, que vinham sendo desenvolvidos por Mário Augusto Teixeira de Freitas, diretor de Estatística do Ministério de Educação e Saúde Pública. Esse instituto, criado em julho de 1934 com o objetivo de programar e coordenar todo o processo de levantamentos estatísticos do país, só se organizaria concretamente em 1935, já incluindo na sua competência os levantamentos geográficos e passando a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Também em julho de 1934, foi criado o Banco Nacional de Crédito Rural que, no entanto, não chegou a operar. Ao serem finalizados os trabalhos da Constituinte (16/7/1934), juntamente com Ronald de Carvalho e Mário Câmara, Juarez propôs aos líderes do governo a formação do Partido Nacional, centrado nos princípios básicos da Constituição, partido esse que, no entanto, não chegou a ser organizado. Em 17 de julho, um dia após a promulgação da nova Carta, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente pela Assembléia Constituinte presidente constitucional para um período de quatro anos.

Exonerado a seu pedido da pasta da Agricultura no dia 24 de julho, Juarez foi substituído por Odilon Braga e, embora convidado por Vargas para assumir a primeira presidência do Banco Nacional de Crédito Rural, preferiu dedicar-se à campanha eleitoral de outubro de

1934 para a reconstitucionalização dos estados, objetivando orientar os interventores federais do Norte e Nordeste na tarefa de aglutinar os elementos revolucionários. A pedido do seu irmão Fernando Távora, já afastado da interventoria do Ceará, seguiu para lá em agosto de 1934 para auxiliá-lo na luta eleitoral contra a máquina oficial que parecia voltar-se contra ele e os seus correligionários políticos na eleição da Constituinte estadual. Indicado por Fernandes Távora e seus amigos políticos candidato a governador do Ceará nas eleições indiretas a serem realizadas em 1935 pela Constituinte estadual, elaborou uma plataforma de governo inspirada no ideário do Partido Social Democrático (PSD) do Ceará, que levantara a sua candidatura. Afirmava, porém, nos seus discursos não estar comprometido com nenhuma facção e que o seu programa transcendia os compromissos firmados com aquele partido. Realizadas as eleições de outubro, entretanto, a oposição reunida em torno da Liga Eleitoral Católica (LEC) fez a maioria na Constituinte, que elegeu governador Francisco Meneses Pimentel.

#### DE VOLTA À CARREIRA MILITAR

Regressando ao Rio de Janeiro, Juarez retomou a carreira militar, indo servir em novembro de 1934 no 5º Batalhão de Engenharia, em Curitiba, como fiscal administrativo e primeiro engenheiro da Comissão de Estradas de Rodagem do Paraná e Santa Catarina. Deixando essa função em fevereiro do ano seguinte, voltou à capital do país, matriculando-se no curso de aperfeiçoamento da arma de engenharia, onde se encontrava ao ocorrer o levante comunista de 1935. Concluindo o curso em fins desse ano, prestou exame, no começo de 1936, para a Escola de Estado-Maior do Exército. Em setembro recebeu a patente de tenente-coronel.

Ainda em 1936, ao se iniciarem os debates sobre a sucessão presidencial, Juarez passou a apoiar, com outros líderes políticos do Nordeste, entre os quais Carlos de Lima Cavalcanti, a candidatura de Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo, opondo-se desse modo à permanência de Vargas no poder. Nesse sentido, em janeiro de 1937, escreveu ao governador da Bahia, Juraci Magalhães, sugerindo-lhe entendimentos conjuntos e imediatos com São Paulo e Rio Grande do Sul, visando à formação de um Partido Nacional Revolucionário, com programa firmemente definido, capaz de conduzir um candidato à presidência da República acima das conveniências pessoais ou regionais e propondo o

nome de Armando Sales, indicado pelo situacionismo paulista. Em fevereiro, entretanto, soube que os líderes políticos do Nordeste cogitavam lançar um candidato da preferência de Agamenon Magalhães. Procurando uma solução para o impasse, Juarez escreveu novamente a Juraci no dia 25 daquele mês, pondo-o a par da fórmula discutida em São Paulo — conforme proposta feita pela Bahia e apoiada pelo Rio Grande do Sul — no sentido de ser encontrado um candidato único, reunindo simpatias do Norte e do Sul, como seria o caso de José Américo de Almeida. No caso de uma candidatura não se firmar, o Norte e o Sul apoiariam a candidatura de Armando Sales. Essas negociações, no entanto, malograram e, em convenção coordenada pelo governo de Minas Gerais, da qual participaram também os governadores de Pernambuco e Bahia, realizada em maio, foi lançada a candidatura de José Américo de Almeida em oposição à de Armando Sales, indicado pelo Partido Constitucionalista de São Paulo.

Avesso a essa divisão das forças políticas, Juarez preferiu manter-se alheio à campanha eleitoral do candidato nordestino. A questão sucessória foi encerrada, porém, com a instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, que permitiu a Vargas permanecer na presidência, investindo-se de poderes ditatoriais.

Depois de concluir o curso de estado-maior em fins de 1938, Juarez iniciou em fevereiro do ano seguinte estágio na 1ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME). Em abril de 1939 foi classificado para o comando do 1º Batalhão Rodoviário e para a chefia da Comissão de Estradas de Rodagem no Paraná e Santa Catarina. Ainda em abril foi nomeado presidente da comissão de inquérito administrativo instaurada no Ministério da Viação e Obras Públicas para apurar irregularidades denunciadas na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Os trabalhos dessa comissão estenderam-se por três meses e, apesar das inúmeras irregularidades constatadas, não chegaram a ser divulgados devido ao envolvimento de pessoas em posição hierárquica superior à dos membros da comissão, entre os quais o ministro da Viação, João de Mendonça Lima e seu antecessor, João Marques dos Reis, então presidente do Banco do Brasil. Constituída outra comissão composta de membros mais graduados, no final dos trabalhos aqueles dois foram considerados isentos de culpa.

Em julho de 1940, liberado das funções que exercia, Juarez iniciou estágio no estado-maior da 5ª RM, em Curitiba, para completar o estágio interrompido um ano antes no EME e habilitar-se a ingressar no quadro do Estado-Maior do Exército. Terminado o estágio em

março de 1941, já classificado ao quadro do Estado-Maior, foi designado para servir na 3ª Seção do EME, no Rio de Janeiro. Deixando a 3ª Seção em junho, passou a estagiar na 2ª Seção por haver sido nomeado adido militar junto à embaixada do Brasil no Chile, para onde seguiu em agosto seguinte. No dia 25 desse mesmo mês chegou ao posto de coronel. Em novembro de 1943 regressou ao Brasil, voltando a estagiar na 2ª Seção do EME.

Interessado em participar da organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada em consequência da declaração de guerra do Brasil às forças do Eixo (31/8/1942), na Segunda Guerra Mundial, Juarez foi classificado, em abril de 1944, para o comando do Batalhão Vilagran Cabrita, sediado na Vila Militar. Essa unidade estava incluída entre as forças expedicionárias e já preparara, durante o comando anterior de Fernandes Távora, uma companhia de transmissões para integrar a 1ª Divisão Expedicionária. Assumindo o comando desse batalhão no mês seguinte, Juarez organizou outra companhia de Transmissões para a 2ª Divisão Expedicionária. Ainda no mês de abril tinha assumido a presidência do departamento militar da Liga da Defesa Nacional, órgão então criado para apoiar a campanha em prol dos expedicionários brasileiros. Em agosto do mesmo ano viria a ser eleito membro do diretório central dessa entidade.

Durante o ano de 1945, com a desagregação do Estado Novo, Juarez empenhou-se em polarizar a maioria das forças armadas em torno do nome do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, a quem considerava caber orientar o processo de redemocratização do país. Informado em março de que Dutra seria lançado como candidato oficial em contraposição ao brigadeiro Eduardo Gomes, proclamado anteriormente candidato das correntes liberais, Juarez procurou inutilmente convencer o ministro da Guerra a retirar sua candidatura, que considerava fator de divisão e desarticulação das forças armadas. Em vista disso, durante a campanha eleitoral filiou-se à União Democrática Nacional (UDN), apoiando Eduardo Gomes.

Embora o conflito mundial tenha terminado em maio de 1945, Juarez permaneceu no comando do batalhão Vilagran Cabrita até setembro desse ano, quando assumiu a chefia da Diretoria de Engenharia do Exército. Contrário à promulgação do decreto-lei de 10 de setembro de 1945 que, alterando o Ato Adicional nº 9 (28/2/1945), previa eleições federais e estaduais conjuntas para 2 de dezembro daquele ano, considerou essa medida uma manobra para garantir a eleição de governadores da confiança de Vargas e, com o auxílio

deles, a maioria do Parlamento, que se incumbiria, por seu turno, de apoiar a permanência do presidente no poder. Ainda em outubro, como os jornais do Rio de Janeiro tivessem divulgado a inclusão do seu nome na chapa udenista de deputados pelo Distrito Federal, Juarez escreveu a Otávio Mangabeira, presidente da comissão executiva da UDN, declinando da indicação por desejar manter-se afastado das lides político-partidárias.

Quando os chefes militares depuseram Vargas em 29 de outubro de 1945, Juarez encontrava-se de férias. No pleito de 2 de dezembro, elegeu-se presidente da República o general Dutra, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), derrotando o brigadeiro Eduardo Gomes, lançado pela UDN. Em abril de 1946, Juarez foi nomeado membro da comissão regulamentadora da nova lei de organização do Ministério da Guerra. Em junho desse ano foi promovido a general-de-brigada, sendo nomeado, em outubro, para a segunda subchefia do EME, função que assumiu no mês seguinte.

### A POLÍTICA DO PETRÓLEO

Em 1947, durante reuniões realizadas no Clube Militar, Juarez travou uma polêmica com o general Júlio Caetano Horta Barbosa a respeito da orientação a ser dada à política do petróleo. Juarez, que até então não se manifestara sobre o assunto, expôs o seu ponto de vista em três conferências que fez em 21 de abril, 19 de junho e 16 de setembro nos clubes Militar e Naval. De modo geral insistia na necessidade de o problema do petróleo ser encarado sob um prisma de “colaboração internacional”, devendo o Brasil entregar a exploração do produto às empresas estrangeiras. Segundo ele a sua posição se fundamentava não só em motivos econômicos em face da inexistência de recursos nacionais disponíveis para a exploração do petróleo, mas principalmente em termos de estratégia militar, como forma de garantir a segurança do continente contra a ameaça comunista. Esta posição, considerada “entreguista” pelos setores nacionalistas, não era adotada pela diretoria do Clube Militar, que decidiu convidar o general Horta Barbosa para opinar sobre o assunto. Ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), este refutou os argumentos de Juarez, afirmando ser impossível qualquer conciliação entre os interesses nacionais e os estrangeiros no controle do petróleo. Defendendo a exploração do petróleo em regime de monopólio estatal, Horta Barbosa tornou-se um dos principais



opositores de Juarez nessa questão.

Durante quase todo o ano de 1947, Juarez acompanhou a elaboração do anteprojeto do Estatuto do Petróleo, sob a direção do ministro da Agricultura, Odilon Braga. Este anteprojeto favorável à participação do capital privado nacional e estrangeiro na exploração do petróleo, ao ser encaminhado ao Congresso em janeiro de 1948, desencadeou intensa oposição de políticos e militares identificados com a corrente nacionalista e ainda de estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), que passaram a fazer campanha pelo monopólio estatal das jazidas e exploração do petróleo, criando o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). O anteprojeto de Estatuto do Petróleo acabou sendo abandonado no Congresso.

Ainda em 1947, Juarez participou por designação do ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, da Comissão de Investimentos, destinada ao exame de investimentos para a pesquisa, exploração, refino, transporte e comercialização do petróleo.

Em 1948, além de conferências que fez sobre a revisão do contrato da Itabira Iron Ore Co., Juarez participou de trabalhos da comissão organizada pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres para estudar formas de associar a exportação do minério de ferro à indústria siderúrgica no país. Uma das sugestões da referida comissão ao presidente da República, general Eurico Dutra, foi o aparelhamento da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e do porto do Rio de Janeiro, diante das dificuldades criadas pelo contrato da Itabira para a exportação do minério pelo vale do rio Doce. Esses problemas haviam sido resolvidos separadamente com a criação em 1941 da Companhia Siderúrgica Nacional, no vale do Paraíba, e entrega da exportação de minério à Companhia Vale do Rio Doce, criada em 1942, ambas com caráter de autarquias federais.

Outra questão em que Juarez se envolveu nessa mesma época relacionava-se com o aval do Tesouro Nacional ao empréstimo externo pedido pela Light and Power Company de 90 milhões de dólares destinados a ampliar as suas instalações. Contrário à avaliação, Juarez criticou o fato de o governo brasileiro beneficiar dessa forma uma empresa estrangeira poderosa, que vinha resistindo desde 1934 ao cumprimento de dispositivos do Código de Águas. O assunto tornou-se objeto de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar os fatos denunciados. A Light, no entanto, conseguiu o aval pretendido, embora a CPI instaurada na Câmara dos Deputados tenha confirmado a procedência das acusações que

lhe foram feitas.

Em março de 1949, Juarez foi nomeado comandante da 6ª RM, sediada em Salvador, permanecendo nessa função até se tornar delegado do Brasil na Junta Interamericana de Ajuda e Defesa em Washington, Estados Unidos, para onde viajou em março do ano seguinte. Em virtude da precariedade do seu estado de saúde, submeteu-se naquele país a tratamento intensivo por ter sido então diagnosticado que continuava portador de espru.

Em maio de 1950 tomou conhecimento do provável lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à sucessão presidencial nas eleições de outubro daquele ano. Escreveu então aos seus correligionários políticos e aos amigos militares, concitando-os a cerrarem fileiras em torno da candidatura de Eduardo Gomes, mais uma vez lançado pela UDN. Realizado o pleito, Vargas foi, no entanto, eleito.

Como membro da Junta Interamericana de Ajuda e Defesa, Juarez dedicou-se à elaboração de um esquema de defesa comum do continente americano. Tendo, porém, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) discordado de um dos pontos deste esquema referente à constituição de “zonas de defesa”, pediu exoneração do cargo. Regressando ao Brasil em fevereiro de 1951, matriculou-se em abril no curso da Escola Superior de Guerra (ESG), que concluiu em dezembro ainda desse ano. Durante as discussões sobre a remessa de lucros para o exterior realizada pelo governo, afirmou, em fins deste mesmo ano, que o maior perigo para o país não era a exploração do capital estrangeiro, mas o comunismo.

Nomeado em março de 1952 diretor de Engenharia do Exército, permaneceu neste cargo alguns meses. Promovido a general-de-divisão em setembro ainda de 1952, foi nomeado comandante da ESG. Durante a sua gestão nessa entidade, entre as principais medidas que tomou, destacaram-se a instalação do curso de estado-maior e comando das forças armadas, que vinha sendo objeto de estudo desde 1951, e a ampliação do acesso de civis aos cursos da ESG.

#### A CRISE DE 1954

Em fevereiro de 1954, quando se iniciaram os debates sobre o problema sucessório nos estados e na presidência da República, João Cleofas, ministro da Agricultura, escreveu ao governador de Pernambuco, Etelvino Lins, condicionando o seu apoio ao candidato a ser lançado pelo PSD ao governo do estado à aceitação por esse partido da chapa Juarez

Távora-Juscelino Kubitschek nas eleições presidenciais de outubro de 1955, promovendo assim a união nacional que o próprio governador pernambucano propunha. Desse modo, a candidatura à presidência deixaria de ser partidária, facilitando as composições em nível estadual. Em entrevista de 15 de março do mesmo ano, Juarez manifestou-se favorável ao esquema Etelvino Lins quanto a uma candidatura capaz de promover a união nacional, embora defendendo que essa candidatura devesse ser civil. Considerando que só esta seria capaz de aglutinar maior apoio da opinião pública, recusava-se a ser candidato.

Em maio de 1954, quando entraram em discussão as questões relacionadas com o aumento do abono de guarnição para os militares da ativa, Juarez sugeriu que o reajustamento salarial fosse calculado de acordo com o do salário mínimo para o conjunto das forças armadas e do funcionalismo civil. Esta sugestão não foi, no entanto, aceita e suscitou inúmeras críticas da oficialidade a Juarez. Em junho, manifestou-se também contra o projeto de lei apresentado ao Congresso por solicitação dos funcionários públicos civis de nível universitário que equiparava os seus vencimentos aos do padrão “O”, o mais elevado, sem considerar a natureza das funções efetivamente exercidas. Segundo Juarez, o atendimento dessa reivindicação poderia afetar o Exército, subvertendo a sua estrutura hierárquica, caso fosse endossada pelos oficiais. Ainda em junho, foi eleito para a primeira vice-presidência do Clube Militar na chapa encabeçada pelo general Canrobert Pereira da Costa, por sugestão de oficiais de alta patente.

Durante o primeiro semestre de 1954, acentuou-se a crise no cenário político em consequência da adoção do monopólio estatal do petróleo e do aumento de 100% do salário mínimo. O principal líder da oposição era o jornalista e deputado udenista Carlos Lacerda, que, através do seu jornal Tribuna da Imprensa, fazia duras críticas ao governo federal. Em 5 de agosto, esse jornalista sofreu um atentado, do qual resultou a morte do major-aviador Rubens Vaz, que o acompanhava de regresso —, uma reunião política. O episódio, que teve ampla divulgação na imprensa, agravou ainda mais o clima de tensão existente.

Como comandante da ESG e vice-presidente do Clube Militar, Juarez muito se empenhou na resolução da crise então deflagrada. Em consequência do atentado da Toneleros, que passou a ser considerado de natureza militar, foi instaurado na base aérea do Galeão um inquérito policial-militar sob controle do ministro da Aeronáutica para apurar as responsabilidades do crime, com amplos poderes para convocar autoridades e pessoas

suspeitas de envolvimento no mesmo. A revelação de ligações dos autores do atentado com a guarda pessoal do presidente da República representou elemento importante no acirramento da campanha contra Vargas. Juarez participou em 10 e 11 de agosto de reuniões secretas com oficiais do alto comando das forças armadas para discutir o agravamento da crise político-militar, ficando assentado que era dever das forças armadas empenhar-se em conjunto na elucidação do atentado e manter-se, em quaisquer eventualidades, dentro das prescrições constitucionais. Em encontro realizado ainda no dia 12 entre civis e militares, opôs-se à sugestão do deputado Augusto Amaral Peixoto no sentido da constituição pelo presidente Vargas, de um ministério interpartidário de conciliação de que participaria a oposição, principalmente a UDN, por considerar que a crise era mais de natureza militar do que política. Sendo informado de que, em caso de renúncia, Vargas transmitiria o poder ao ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, Juarez manifestou-se também contrário, porque tal ato desrespeitava os preceitos constitucionais.

No dia 14 ainda de agosto, cerca de 1.500 oficiais do Exército realizaram uma assembléia na qual aprovaram uma moção que exigia a renúncia do presidente da República. Juarez então interferiu, afirmando que os generais dos altos comandos militares tinham se comprometido a não acatar essa medida. Conseguiu desse modo anular a votação que pleiteava a renúncia de Vargas, fazendo aprovar, na mesma reunião, outra moção conciliatória pela qual seria mantida a unidade das três armas. Estas pressionaram conjuntamente o presidente no sentido da apuração imediata do crime e da punição dos culpados. Caso Vargas não atendesse, os militares voltariam a se reunir para discutir as medidas a serem tomadas.

No dia 16, a comissão de inquérito instalada no Galeão sob a presidência do coronel Adil de Oliveira noticiou estar quase totalmente esclarecida a responsabilidade pela execução do atentado. Inúmeros dados incriminando Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, foram revelados. Isso agravou ainda mais a crise. A Marinha e a Aeronáutica passaram então a considerar necessária a renúncia do presidente da República.

No dia 21, ao tomar ciência de que o vice-presidente João Café Filho tinha proposto a Vargas que ambos renunciassem, deixando que o Congresso Nacional escolhesse o novo governante, e que esta proposta fora aceita pela Marinha e pela Aeronáutica, mas não pelo

grosso do Exército, Juarez resolveu discutir a questão com Vargas. O presidente da República, no entanto, recusou-se no dia seguinte a aceitar a proposta. Desejando manter a unidade das forças armadas, Juarez redigiu com outros generais um manifesto à nação, assinado por 30 generais, juntando-se às outras armas na exigência do afastamento de Vargas do poder.

No dia 24 foi divulgada a notícia do suicídio de Vargas. Juarez, diante do desfecho da crise, jurou “nunca mais me envolver em tentativas de corrigir pela força os erros ou omissões dos nossos governantes”.

#### NA CHEFIA DO GABINETE MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Com a ascensão no mesmo dia de Café Filho ao poder, Juarez foi nomeado chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Por indicação sua foi nomeado para o Ministério da Guerra, em substituição a Zenóbio da Costa, o general Henrique Teixeira Lott, e para o Ministério da Marinha, o almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, que substituiu o almirante Renato Guillobel.

Logo após a constituição do novo governo, líderes udenistas procuraram Juarez para sondá-lo sobre a conveniência e viabilidade do adiamento das eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955. Alegaram, de um lado, o trauma do povo, com o suicídio do presidente e, de outro, a necessidade de um rigoroso expurgo no alistamento eleitoral ex officio vigente desde as eleições de 1945. Juarez mostrou-se desfavorável a essa medida, temendo um agravamento da crise política nacional.

Como chefe do Gabinete Militar, foi delegada a Juarez a tarefa de coordenar e controlar as atividades de diversas autarquias ligadas diretamente à Presidência da República, entre as quais a Petrobras, o Conselho Nacional do Petróleo, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, o IBGE, o Conselho Nacional de Águas e Energia, a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), a Comissão de Valorização do Vale São Francisco e a Comissão de Valorização da Amazônia. Tempos depois, preocupado com a alta imoderada dos preços dos gêneros alimentícios, o governo criou o Conselho Coordenador do Abastecimento Nacional, atribuindo a Juarez as funções de secretário-geral do mesmo.

Ao iniciar as suas atividades, Juarez foi acusado, juntamente com o ministro da Fazenda,

Eugênio Gudin, de estar inflacionando o governo no sentido de sabotar as atividades da Petrobras em favor dos trustes internacionais. Em declarações à imprensa na época, Juarez esclareceu que, embora tivesse participado da elaboração do Estatuto do Petróleo, passara depois a apoiar a solução monopolística adotada pelo governo ao criar a Petrobras, sendo inclusive contrário a qualquer alteração da lei vigente sobre o aumento.

Na sua gestão, Juarez determinou à secretaria executiva do Conselho de Segurança Nacional que delineasse um programa para o desenvolvimento da política nuclear, aproveitando as facilidades concedidas pelo governo norte-americano através da sua nova Política de Átomos para a Paz (1954). Essa nova orientação da política norte-americana permitia a liberação de muitas informações tecnológicas até então mantidas em rigoroso sigilo e facilitava a colaboração técnica para a pesquisa de minerais atômicos e o fornecimento condicional de reatores de pesquisa. O programa de desenvolvimento de energia nuclear no Brasil, organizado então, propiciaria, já depois da saída de Juarez da chefia do Gabinete Militar em abril de 1955, a assinatura de um acordo de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos nessa área.

#### AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1955

Em fins de 1954, sondado por elementos do Partido Democrata Cristão (PDC), liderados por monsenhor Arruda Câmara no Nordeste e por Antônio de Queirós Filho em São Paulo, sobre a conveniência do lançamento da sua candidatura à presidência da República, Juarez negou-se a aceitar essa indicação por estar empenhado, com outros militares, na articulação de uma candidatura civil de pacificação nacional.

Em face da resistência do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, em acatar a sugestão de Café Filho de retirar a sua candidatura à presidência, patrocinada pelo PSD, a fim de possibilitar entendimentos políticos interpartidários, houve uma cisão naquele partido, cujas seções no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco aceitavam a fórmula de uma candidatura de união nacional e retiraram assim seu apoio a Juscelino. Em março Juarez foi avisado de que fora concluído um acordo entre o PSD e o PTB, liderado por João Goulart, que comporta como candidato à vice-presidência uma chapa com Juscelino. Juarez procurou sem sucesso demover Goulart do acordo e induzi-lo a aceitar a fórmula de conciliação nacional.

Em 1º de abril de 1955 Jânio Quadros desincompatibilizou-se do governo de São Paulo para concorrer à sucessão presidencial, abdicando assim de apoiar uma candidatura de união nacional. Nesse mesmo dia, sondado por Afonso Arinos de Melo Franco sobre a possibilidade de aceitar o lançamento da sua candidatura pela UDN, Juarez respondeu que, para evitar problemas relacionados com a sucessão, dispunha-se a candidatar-se com o simples apoio do PDC e que, com mais razão, tomaria essa atitude se pudesse contar com o apoio da UDN. Ainda nesse dia, foi procurado por emissários de Jânio que lhe afirmaram estar o governador paulista inclinado a abrir mão da sua própria candidatura em favor da de Juarez, em troca da indicação à vice-presidência e de uma participação maior de São Paulo no governo federal. Juarez esclareceu então que, antes de assumir esse compromisso, precisava ouvir os chefes militares e o presidente Café Filho. Interessado na proposta, o presidente da República estabeleceu com Jânio as bases do acordo proposto, comprometendo-se a conceder a São Paulo as pastas da Viação e Obras Públicas e da Fazenda, embora firmasse posição relativamente ao candidato à vice-presidência, indicando o seu amigo pessoal, Bento Munhoz da Rocha, então governador do Paraná.

No dia 2 de abril, reuniram-se os três ministros militares e oficiais superiores das três armas e decidiram que, dada a impossibilidade de uma solução de união nacional, estavam desobrigados dos compromissos anteriores, dando apoio à candidatura de Juarez. Ainda nesse dia Jânio desistiu da sua candidatura e lançou a chapa Juarez Távora-Munhoz da Rocha, que, se acreditava, poderia contar com o apoio, entre outros partidos, da UDN, do PSD, do PTB, do Partido Republicano (PR) e do Partido Social Progressista (PSP). Entretanto, o conhecimento das bases do acordo entre Café Filho e Jânio, principalmente o fato de o presidente da República haver indicado o candidato à vice-presidência sem consulta prévia aos partidos políticos, levou Juarez a desistir da sua candidatura, conforme assinala nas suas Memórias. Apesar de no dia 5 de abril ter reconsiderado essa atitude, comprometendo-se com representantes da UDN, do PDC e dissidentes do PSD a tornar a se candidatar, Juarez recuou novamente horas depois. No dia seguinte, líderes da UDN e do PSD dissidente decidiram-se pelo lançamento da candidatura de Etelvino Lins, ex-governador de Pernambuco, após exaustivos debates em torno de uma lista tríplice da qual faziam parte também Nereu Ramos e Carlos Luz.

Em 14 de abril Juarez exonerou-se da chefia do Gabinete Militar da Presidência da

República, sendo substituído pelo general José Bina Machado. De acordo com o que declarou nas suas Memórias, interessado em não prejudicar a candidatura de Etelvino Lins, recusou novas propostas para o lançamento do seu nome feitas por líderes do PDC, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e elementos udenistas que não acreditavam na viabilidade eleitoral do político pernambucano. Todavia, depois de uma viagem feita ao Paraná em fins de abril em que alguns políticos, entre os quais o presidente do PSB e reitor da Universidade de São Paulo, Alírio Correia Neto, voltaram a insistir na conveniência de ele disputar as eleições de outubro de 1955, Juarez, receoso de que a vitória da chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart pudesse vir a desencadear nova crise político-militar, decidiu combatê-la nas urnas. Assim, em 11 de maio, o PDC lançou a sua candidatura às eleições presidenciais. Entretanto, em virtude de suas desistências anteriores, Juarez havia alienado o apoio dos elementos do PSP ligados a Café Filho e a Jânio Quadros e apreciável parcela do PR a que pertencia Munhoz da Rocha. Candidatando-se agora contra Etelvino Lins, passava também a ser hostilizado pelos dissidentes pernambucanos, catarinenses e gaúchos do PSD.

Por ocasião do início da sua campanha eleitoral, foi organizado um movimento interpartidário denominado Frente de Renovação Nacional, destinado a coordenar as ações de apoio partidário e extrapartidário à sua candidatura. Em maio, Raul Pilla promoveu um encontro entre Etelvino Lins e Juarez, propondo que ambos desistissem das suas candidaturas para permitir o lançamento de um candidato de conciliação. Ambos porém rejeitaram a proposição. Durante a convenção nacional do PSB, realizada ainda nesse mês, a candidatura de Juarez foi homologada, o mesmo acontecendo na convenção nacional do PDC em junho. Nessa oportunidade, líderes sindicais enviaram um documento ao diretório nacional do PSB, recusando-se a apoiar o nome de Juarez. Ainda em junho foi inaugurado no Rio de Janeiro o Comitê Nacional Pró-Candidatura de Juarez Távora. Poucos dias depois, Juarez iniciou a sua campanha. Considerando ser inadiável a reforma eleitoral quanto à adoção da cédula oficial (impressa e distribuída pelos tribunais eleitorais, já com o nome dos candidatos) e à conveniência de os candidatos só se elegerem por maioria absoluta, passou a defender essas idéias em todos os seus pronunciamentos. A reforma eleitoral foi amplamente debatida aquele ano no Congresso, que refutou as duas teses e, em contrapartida, aprovou a adoção da “cédula única”, pouco diferente da oficial, mas que



abria mão da exclusividade da sua impressão pelo Estado. O Congresso aprovou também, na mesma ocasião, a folha individual de votação em substituição ao título de eleitor.

Ainda em junho de 1955, em face da decisão de Etelvino Lins de retirar sua candidatura, Juarez, entrevistado por O Globo, pediu, no dia 27, o apoio da UDN e dos diretórios dissidentes do PSD à sua campanha, no que seria atendido pouco depois, exceto pelos dissidentes de Santa Catarina. Em julho seguinte o Partido Libertador (PL) decidiu dar oficialmente apoio a Juarez. Em fins de julho a convenção nacional da UDN igualmente homologou a chapa Juarez Távora-Milton Campos. Para Juarez, alguns fatos vieram fortalecer, naquela época, a sua candidatura. Entre eles, se incluíam a licença de Jânio Quadros do governo de São Paulo, para participar da sua campanha, a chefia da direção executiva desta pelo senador baiano da UDN Juraci Magalhães e a garantia do apoio do vice-presidente da seção paulista do PSD, Antônio Sílvio Cunha Bueno, e do ex-chefe integralista Belmiro Valverde.

Quando em agosto de 1955 se realizaram os acordos atômicos entre o Brasil e os Estados Unidos, Juarez, por ter sido um dos responsáveis pela assinatura dos mesmos, foi atacado pelas facções opostas à sua candidatura, principalmente os comunistas e petebistas, que o acusaram de submisso aos interesses imperialistas.

Realizado o pleito de 3 de outubro de 1955, elegeu-se a chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart. Dos 9.066.698 votos depositados nas urnas, Juscelino obteve 33,8% (3.077.411 votos), Juarez, 28,7% (2.601.166), Ademar de Barros, 24,5% e Plínio Salgado, 80%. Passou então a dominar o cenário político nacional o debate em torno da legitimidade da vitória de Juscelino, centralizado nas teses da maioria absoluta e da ilegalidade dos votos que recebera dos comunistas, idéias essas sustentadas não só pela oposição parlamentar como pela Cruzada Brasileira Anticomunista, liderada pelo almirante Carlos Pena Boto. Em fins ainda de outubro, em encontro com o brigadeiro Eduardo Gomes, Juarez mostrou-se disposto a desencadear a batalha judicial das impugnações, visando expurgar dos votos apurados aqueles eivados de fraude. Ainda naquela oportunidade recusou-se a pugnar pela maioria absoluta, em virtude de já haver sido rejeitada pelo Congresso. Assim, no início de novembro, divulgou pela imprensa um comunicado, assinado também por Milton Campos, onde defendia a necessidade daquela providência como forma de corrigir pacificamente os vícios eleitorais.

No entanto, no início de novembro de 1955, em discurso pronunciado pelo coronel Jurandir de Bizarria Mamede, no sepultamento do general Canrobert Pereira da Costa, em nome do Clube Militar, incitando os chefes militares a impedir a posse dos eleitos, desencadeou séria crise político-militar. O ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, alegando que o coronel havia infringido os regulamentos militares, que proibiam qualquer manifestação política dos oficiais, decidiu aplicar-lhe a punição cabível. Entretanto, pertencendo aquele oficial, na ocasião, aos quadros da ESG, ligada ao EMFA, estava subordinado diretamente ao presidente da República. Tornava-se, portanto, necessário o seu retorno às fileiras para que o ato disciplinar fosse cumprido.

No dia 3 de novembro o presidente Café Filho foi repentinamente acometido de um distúrbio cardiovascular e teve que ser internado. Diante dessa situação imprevista, Lott enviou no dia 5 um ofício ao brigadeiro Gervásio Duncan, chefe interino do EMFA, pedindo o retorno de Mamede ao Exército sob o argumento de que já se esgotara o prazo limite de três anos para um oficial servir na ESG. Baseado em informações do comandante dessa instituição, almirante Ernesto Araújo, Duncan respondeu que Mamede ainda era necessário à escola. Nesse mesmo dia, Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, visitou o Ministério da Guerra para se inteirar da situação do Exército. Nessa ocasião, Lott mostrou-lhe algumas soluções tecnicamente possíveis para punir Mamede e acrescentou que, se nenhuma delas fosse adotada pela Presidência da República, pediria demissão do cargo. O presidente Café Filho, informado no dia 8 de que deveria ficar inativo por mais alguns dias, comunicou aos ministros a sua decisão de transmitir imediatamente o governo a Carlos Luz, seu sucessor legal. No dia 9, Luz foi empossado na presidência da República, sendo substituído na presidência da Câmara pelo deputado José Antônio Flores da Cunha, da UDN gaúcha. Nesse mesmo dia, após a reunião com os ministros de Café Filho, o novo presidente comunicou-lhes sua intenção de mantê-los nos cargos. Em audiência particular com Carlos Luz, Lott pediu uma solução rápida para o caso Mamede. Ouvido o consultor-geral da República, Temístocles Cavalcanti, o chefe do governo comunicou a Lott, no dia 10, o parecer contrário à punição do oficial, acrescentando que este permaneceria lotado no EMFA. O ministro da Guerra imediatamente pediu exoneração do cargo, que foi aceita por Carlos Luz, que logo o substituiu pelo general da reserva Álvaro Fiúza de Castro, com a transmissão marcada para o dia 11. Entretanto, na madrugada desse dia, com o decisivo

apoio do general Odílio Denis, comandante do I Exército e de outros comandos militares, Lott liderou um movimento para afastar Carlos Luz do governo, sob a alegação de que este mantinha ligações com a corrente “golpista”, liderada por Carlos Lacerda, que planejava impedir a posse de Juscelino e Goulart. Diante dessa iniciativa do ministro da Guerra demissionário, Carlos Luz abandonou o governo, sendo substituído, ainda no dia 11, por Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, que reintegrou Lott nas funções de ministro da Guerra.

Juarez Távora não se envolveu nestes acontecimentos, por manter-se contrário à interferência de processos extralegais na solução do problema sucessório. Dois dias depois do golpe, em encontro com o general Lott, denunciou a ação deste como ilegal e só remediável com a volta ao poder do presidente Café Filho, tão logo o seu estado de saúde permitisse. Era este também o pensamento dos ex-ministros da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, e da Marinha, Amorim do Vale. Diante da resistência dos chefes militares que apoiaram o golpe em admitir o retorno de Café Filho à chefia do governo, Juarez declarou a sua decisão de, no dia 22, caso o presidente recebesse alta médica, acompanhá-lo na sua ida para o Catete, quaisquer que fossem as conseqüências. Na madrugada do dia 23, porém, foi preso em sua residência por ordem de Lott, sendo liberado horas depois sob a alegação de que a sua prisão teria sido um equívoco. Ainda no dia 23, o Congresso votou a favor do impedimento de Café Filho, obstado assim de reassumir a presidência da República, exercida por Nereu Ramos até 31 de janeiro de 1956, quando Juscelino Kubitschek e João Goulart tomaram posse.

Mesmo depois de consumado o movimento de 11 de novembro, Juarez continuou a pleitear junto aos partidos que o haviam apoiado o prosseguimento da batalha pela impugnação dos resultados da votação, para ele fraudulentos. Apenas em fins de dezembro de 1955 é que considerou inútil insistir no assunto. Prosseguiu, entretanto, sua campanha em favor da reforma eleitoral que fora rejeitada pelo Congresso.

Certificando-se de que o ministro da Guerra não fazia nenhum esforço para remediar o desentendimento provocado nas forças armadas pelo golpe de novembro, Juarez passou a confabular com outros chefes militares sobre os caminhos que deveriam seguir para chegarem a um entendimento ou para evitarem o pior, ou seja, um terceiro golpe militar que, segundo afirma em suas Memórias, “supostamente estaria sendo preparado por Lott,

com o apoio de comunistas infiltrados em comandos de unidades do Exército”. Embora a notícia desse golpe fosse falaciosa, Juarez continuou seu trabalho na esfera civil, junto a alguns governadores amigos, com o intuito de reduzir as tensões políticas e evitar o apelo a outro golpe militar.

#### DE 1956 A 1964

Em fins de julho e início de agosto de 1956, o deputado Renato Archer, do PSD, denunciou o fato de que Juarez, quando chefe do Gabinete Militar do governo de Café Filho, havia influenciado as diretrizes da política brasileira de energia nuclear para atender às exigências da embaixada dos Estados Unidos no Brasil no tocante ao princípio das “compensações específicas”, que, pelo acordo firmado entre os dois países, não teria sido explicitado com o propósito de favorecer o governo norte-americano. Dando base a essas denúncias, Renato Archer apresentou na Câmara documentos sigilosos enviados por Juarez à secretaria executiva do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Em consequência da denúncia foi constituída na Câmara uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar os fatos com ela relacionados. Nessa ocasião, além de afirmar que a atitude do deputado pessedista decorria do fato de o mesmo ser representante no Brasil da empresa canadense Prospec, que, pelo tratado mencionado, perdera a concessão para levantamentos aeromitilométricos, Juarez solicitou ao presidente da CPI, deputado Gabriel Passos, que este o chamasse para depor. Esse depoimento e a história das imputações feitas a Juarez constam do livro que publicou intitulado Átomos para o Brasil.

Ainda de acordo com as suas Memórias, embora tenha demonstrado perante a Câmara dos Deputados e a imprensa o caráter falacioso das acusações, Juarez, decepcionado com a conduta de alguns oficiais do Exército e com os membros da CPI, solidários a Renato Archer, ao terminar o seu depoimento requereu, em agosto de 1956, a sua transferência para a reserva no posto de general-de-exército, a qual foi concedida por decreto de setembro do mesmo ano. Em consequência desses fatos, o Conselho de Segurança Nacional determinou a dissolução da Comissão Técnica Mista Brasileira-Americana, constituída no ano anterior. Em outubro de 1956 foi criada então a Comissão Nacional de Energia Nuclear, diretamente subordinada à Presidência da República e encarregada de propor as medidas julgadas necessárias à orientação da política geral de energia atômica.

Em 11 de novembro de 1956, por ocasião do primeiro aniversário do movimento de novembro, Juarez entregou à imprensa longo depoimento sobre a sua posição em relação àquele acontecimento e sobre a sua tentativa frustrada de harmonizar as forças armadas, complementando-o com uma entrevista concedida à TV Tupi. Devido a esses pronunciamentos, o ministro da Guerra, general Henrique Lott, ordenou punição disciplinar de 48 horas de detenção domiciliar a Juarez por referência desrespeitosa ao presidente da República. Após cumprir a pena, Juarez solicitou a Lott que reconsiderasse o seu ato, alegando, entre outras razões, jamais haver sido punido disciplinarmente em mais de 40 anos de serviço no Exército. Como o ministro da Guerra não considerou o seu pedido, recorreu à Justiça, conseguindo que o Tribunal Federal de Recursos (TFR) lhe concedesse um mandado de segurança para anular a punição que lhe fora aplicada, a qual foi finalmente retirada da sua fé-de-ofício.

Em meados de 1957 Juarez seguiu para a Europa a fim de submeter-se a tratamento de saúde por ter sido acometido de novas crises de espru, viagem que repetiria anualmente com o mesmo objetivo até o fim da sua vida. Em 1958 transferiu residência para São Pedro d'Aldeia (RJ).

Ainda em 1958 filiou-se ao PDC, integrando, de início, o diretório regional do Distrito Federal e, posteriormente, o seu diretório nacional. Embora com a saúde abalada, participou, em 1960, de vários comícios nos estados do Nordeste, no estado do Rio de Janeiro e da Guanabara, em prol da candidatura de Jânio Quadros às eleições presidenciais de outubro daquele ano. Ainda em 1960, participou, em Caux (França), do Congresso Internacional de Rearmamento Moral, movimento fundado em 1938 que tinha como objetivo preparar ideologicamente os países no combate ao comunismo. Aderindo a este movimento, tomou parte no encontro realizado em Petrópolis (RJ) em 1962 e de novo congresso em Genebra no ano seguinte.

Em 1961, diante da renúncia do presidente Jânio Quadros, no mês de agosto, os ministros militares vetaram a posse do seu substituto legal, o vice-presidente João Goulart. Nessa ocasião, Juarez mostrou-se favorável à iniciativa do Congresso, que, em 2 de setembro, aprovou a Emenda Constitucional nº 4, instituindo o regime parlamentarista no país, como fórmula conciliatória capaz de permitir a posse de João Goulart na presidência da República, ocorrida no dia 7 ainda do mesmo mês.

Em abril de 1963, Juarez voltou a residir no Rio de Janeiro a fim de conduzir a sua campanha à Câmara Federal pela Guanabara, tendo a sua candidatura lançada pelo PDC. A partir desse ano iniciou-se no país intensa campanha pelo retorno ao presidencialismo, sendo amplamente debatida a possibilidade de antecipação do plebiscito, que, segundo a emenda, estava marcado para abril de 1965. Defensor do regime parlamentarista, Juarez opôs-se a essa campanha. No entanto, em setembro de 1962 o Congresso acabou aprovando a antecipação do plebiscito. Realizada em janeiro do ano seguinte, a consulta iria determinar por expressiva margem de votos o restabelecimento do presidencialismo.

Nas eleições de outubro de 1962, Juarez elegeu-se deputado federal, assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. Durante o seu período legislativo representou, em julho de 1963, a Câmara dos Deputados nas solenidades de coroação do papa Paulo VI em Roma. Em setembro ainda de 1963, tornou-se vice-líder do bloco parlamentar dos pequenos partidos e líder do PDC. Nesse período, a oposição ao governo de João Goulart, liderada pelos governadores Ademar de Barros, de São Paulo, e Carlos Lacerda, da Guanabara, com o apoio do alto comando militar, passou a planejar um golpe de Estado, alarmada com a crescente aproximação de Goulart das forças de esquerda, o avanço do movimento em favor das reformas de base e a extensão das greves em todos os setores de atividade. Num momento de particular agravamento da crise, Goulart enviou, em outubro, mensagem ao Congresso pedindo a decretação do estado de sítio, alegando que ele era imprescindível para que o governo mantivesse a ordem pública. Contrário à medida, Juarez conseguiu convencer os seus colegas pedecistas na Câmara a votar pelo não atendimento do pedido. Sentindo que a maioria do Congresso adotava a mesma posição, Goulart dois dias depois solicitou a retirada da sua mensagem.

Em janeiro de 1964, Juarez representou a Câmara dos Deputados na Conferência Interparlamentar Pan-Americana, realizada em Washington. Ao regressar ao Brasil encontrou o país em grave crise institucional. A crescente polarização das forças político-sociais em processo acabou resultando num movimento político-militar que, em 31 de março, depôs o presidente João Goulart. Fiel ao juramento que fizera em 1956, por ocasião do suicídio de Getúlio Vargas, Juarez não participou do movimento, mas, após a vitória deste, proferiu um discurso na Câmara louvando a iniciativa conjunta das forças armadas de restaurar a paz social sem derramamento de sangue para garantir a sobrevivência dos

princípios democráticos e cristãos.

### NO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

A junta militar que assumiu o governo com a deposição de Goulart, após longos entendimentos entre chefes civis e militares, dos quais Juarez participou, editou o Ato Institucional nº 1 (9/4/1964), que, entre outras medidas, determinou a eleição indireta do presidente e vice-presidente da República, com mandato até 31 de janeiro de 1966. Assim, o Congresso Nacional elegeu, em 11 de abril, o general Humberto de Alencar Castelo Branco com 361 votos, contra três dados a Juarez Távora e dois dados ao marechal Eurico Gaspar Dutra. No dia seguinte, Castelo Branco convidou Juarez a assumir um dos ministérios: Minas e Energia ou Viação e Obras Públicas. Optando pelo segundo, Juarez deixou sua cadeira na Câmara em 15 de abril e assumiu o cargo no dia seguinte, um dia após a posse do presidente da República. Para a chefia do seu gabinete, Juarez convidou o coronel Rodrigo Otávio Jordão Ramos.

Durante o governo de Castelo Branco, foram aprovadas diversas leis que permitiram o andamento da máquina administrativa do Ministério da Viação e Obras Públicas, entre as quais a que aprovou o Plano Nacional de Viação e a que criou o Conselho Nacional de Transportes como órgão de orientação e de controle executivo do referido plano. Com o objetivo de melhorar a eficiência dos serviços de seu ministério, Juarez desenvolveu, em colaboração com os ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Marinha, um trabalho de recuperação econômica da Marinha Mercante, dos portos nacionais e da Rede Ferroviária Federal. Em relação à navegação fluvial, fez construir, em 1966, os primeiros comboios destinados à navegação dos rios São Francisco e Paraguai. Duas grandes obras ferroviárias foram inauguradas em março de 1967, a primeira ligando Bento Gonçalves a Vacaria, no Rio Grande do Sul, e a segunda, a parte central da ligação Pires do Rio-Brasília. Por este último trecho, Brasília ligou-se à Rede Ferroviária Centro-Oeste e integrou-se ao litoral.

Ainda em 1967 foi praticamente concluída a etapa inicial dos estudos para orientar a ampliação dos vários sistemas de transportes existentes no Brasil. Esses estudos foram realizados pela primeira vez no Brasil através do Grupo Executivo da Integração da Política dos Transportes (Geipot), criado por iniciativa dos ministérios do Planejamento e da Fazenda, com a assistência financeira e técnica do Banco Internacional de Reconstrução e

Desenvolvimento (BIRD). Em face dos resultados obtidos nessa primeira fase, foi assinado novo contrato com o BIRD para a execução de uma segunda etapa de estudos pelo Geipot. A celebração desse contrato de estudos com técnicos estrangeiros motivou críticas no Clube de Engenharia e no Congresso Nacional, sob a alegação de ser lesivo à engenharia nacional.

Ao iniciar-se em março de 1967 o governo de Artur da Costa e Silva, o Ministério da Viação e Obras Públicas foi extinto e foi criado o Ministério dos Transportes, passando à jurisdição deste os subsetores de transporte. Desse modo, no dia 15 de março, Juarez transmitiu o seu cargo ao titular da nova pasta, coronel Mário Davi Andreazza.

Logo após deixar o cargo, Juarez foi convidado pelo deputado Lopo Coelho, presidente do diretório regional da Guanabara da Aliança Renovadora Nacional (Arena) — partido governista criado após a extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) — para integrar o diretório, como vice-presidente. Juarez recusou o convite, alegando motivos de saúde. Abandonando então a vida pública, passou a dedicar-se a escrever as suas memórias.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 18 de julho de 1975.

Além de inúmeros artigos, conferências, discursos e pareceres, publicou: À guisa de depoimento — sobre a revolução brasileira de 1924 (1927), O ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte (1934), Petróleo para o Brasil (1955), Produção para o Brasil (1956-1957), Átomos para o Brasil (1958), Organização para o Brasil (1959), Uma política de desenvolvimento para o Brasil (1962), Uma vida e muitas lutas, memórias (3v., 1973-1976).

A seu respeito foram publicadas as obras Osvaldo Aranha e Juarez Távora (os generais da Revolução) (1930), de Vítor Alves, e Prisão humorística do capitão Juarez Távora (1931), de Moisés Castelo Branco Filho, além do artigo “Távora: o homem, o militar e o estadista” (Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1976), de Edmundo de Macedo Soares e Silva.

O arquivo de Juarez Távora encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Sílvia Pantoja



FONTES: ALBUQUERQUE, J. *Cearenses no Rio e em SP*; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. MIN. EXÉRC.; BARROS, J. *Memórias*; BELEZA, N. *Evolução*; BENEVIDES, M. *Governo Kubitschek*; CACHAPUZ, P. *Cronologia*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *Segunda*; CARVALHO, E. *Petróleo*; CASCUDO, L. *História*; COHN, G. *Petróleo*; CORRESP. ESC. SUP. GUERRA; CORRESP. GAB. MIL. PRES. REP.; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, A. *Brasil*; COUTINHO, L. *General; Cronologia da Assembléia*; D'ARAÚJO, M. *Cronologia*; DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; ENTREV. ANDRADE, H.; *Estado de S. Paulo* (19/7/1975); FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FLYNN, P. *Legião*; *Folha de S. Paulo* (28/8/1977); FONTOURA, J. *Memórias*; *Globo* (19/7/1975); *Grande encic. Delta*; GUERRA FILHO, R. *Ministério*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil* (19/7/75); KUBITSCHKEK, J. *Meu* (3); LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, H. *Travessia*; LIMA, L. *Coluna*; MACHADO, F. *Últimos*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. GUERRA. *Subsídios*; MORAIS, A. *Minas*; MOREIRA, J. *Dicionário*; NABUCO, C. *Vida*; NÉRI, S. 16; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Panfleto* (9/54-35); PEIXOTO, A. *Getúlio*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SALES, D. *Razões*; SKIDMORE, T. *Brasil*; PEREIRA, J. *Petróleo*; SODRÉ, N. *História militar*; TÁVORA, J. *Política*; TÁVORA, J. *Vida*; VIANA FILHO, L. *Governo*; VÍTOR, M. *Cinco*.